

## Semana Pedagógica

**Foram brilhantes as palestras realizadas ante-ontem e ontem — Homenagens á embaixada de professores pernambucanos — O encerramento, hoje, do certame**

Proseguem brilhantíssimas as palestras pedagógicas realizadas no grupo escolar "Tomás Mindelo" aonde têm affluído grande numero de educadores e pessoas outras da nossa melhor sociedade. As de domingo — "Anelamento esperadas" realizaram os professores pernambucanos d. Eulália Fonseca e José Vicente Barbosa. Não é possível, em simples registro de jornal, dizer da magnífica impressão deixada em toda a assistência pelas conferências desses dois destacados elementos do magisterio recifense. "Métodos de ensino e sua adaptação" e "Aspecto social da escola" — os temas escolhidos pelos abalizados mestres que nos visitam foram desenvolvidos, magistralmente, não lhes regatando a numerosa assistência vibrantes aplausos. Foram duas horas de prazer intelectual — aquelas em que os professores José Vicente e Eulália Fonseca discorreram proficientemente sobre os assuntos escolhidos.

Após as conferências — o professorado contranção ofereceu aos seus colegas pernambucanos lindo marquete de cravos, servindo de interprete a professora senhorita Sílvia de Pessas. Em agradecimento falou a inspetora d. Alzira Breul.

Ontem dissertaram o ilustre pediatra dr. João Medeiros e o professor Mario Gomes Pereira da Souza, inspetor técnico do ensino abrandando respectivamente os assuntos "Higiene escolar e educabilidade infantil" e "Mendicância intelectual infantil". Como nos dias anteriores, as conferências de ontem alcançaram franco sucesso. Ambos os oradores agradaram sobremodo á assistência, pelos conceitos difundidos.

Encerram-se, hoje, os trabalhos da "Semana Pedagógica" com as palestras dos professores Sizenando Costa e Coriolano de Medeiros, que falarão sobre "Ensino Profissional" e "Escolas Rurais".

As exposições também serão encerradas, hoje, ás 21 horas.

### Telegramas oficiais

O sr. Interventor Federal recebeu o seguinte telegrama:

"RIO, 29 — A fim ser publicado órgão oficial desse Estado remeto vossencia inscrição concurso professores catedráticos física aplicada, farmacia e higiene e legislação farmacêutica Faculdade Farmácia Odontologia Ribeirão Preto, da teor seguinte: — De ordem do doutor diretor e de conformidade lei federal Ensino em vigor, faço publico para conhecimento interessados que nesta secretaria se acha aberta pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, a partir 3 (três) corrente, inscrição concurso provimento cargos professores catedráticos física aplicada, farmacia e higiene e legislação farmacêutica. Candidatos requererão sua inscrição diretor Faculdade, juntando requerimento seguintes documentos: diploma profissional ou científico de Instituto onde se ministre ensino da disciplina a cujo concurso se propõe; prova de ser brasileiro nato ou naturalizado, provas de sanidade e idoneidade moral, documentação da atividade profissional ou científica que tenha exercido ou se relacione com a respectiva cadeira em concurso, prova de ser docente livre ou haver terminado o curso farmacêutico pelo menos seis annos antes. Os concursos serão de títulos e provas. O concurso de títulos versará sobre dois pontos: diplomas e quaisquer outras dignidades universitárias e academicas apresentadas pelo candidato, estudos e trabalhos científicos, especialmente daqueles que assinalam pesquisas originais ou revelam conceitos doutrinários pessoais de real valor, atividades didáticas exercidas pelo candidato, realizações praticas, de natureza técnica ou profissional, particularmente de interesse coletivo. Simples desempenho funções publicas técnicas ou não, apresentação de trabalhos cuja autoria não possa ser sentenciada, e a exhibição atestados gratuitos, não constituem documentos idoneos. Concurso provas constará de dois pontos: prova escrita, prova pratica e experimental, prova didática. Secretaria Faculdade Farmácia Odontologia Ribeirão Preto, 2 de

Tem sido muito homenageada a embaixada pernambucana. As 12 horas de domingo os nossos professores ofereceram-lhe um almoço no Parahotel, decorrendo o mesmo no mais franco ambiente de cordialidade. "Am disseri", falou o prof. João Vinagre, presidente da "Sociedade dos Professores". Em agradecimento fez brilhante discurso o prof. José Vicente Barbosa, presidente da "Sociedade Pernambucana de Educação", sendo em seguida batidas diversas chapas.

O Instituto Histórico também recebeu na embaixada pernambucana. Apresentando-a falou o prof. José de Mello, diretor do Ensino e 2.º secretário do Instituto. O conego dr. Florentino Barbosa, presidente daquela corporação, saudou os ilustres visitantes que responderam pela voz da professora Eulália Fonseca, diretora da Escola de Aplicação e professora da Escola Normal, de Recife.

Ontem, em companhia do diretor do Ensino, inspetores e professores do interior do Estado, a caravana recifense visitou a fabrica de tintas de Cabo Branco onde foi fidalgamente acolhida pelo sr. Olinildo Macêdo, sócio da firma Macêdo, Ferraz & Cia. Após ligeira visita ás cidades de Unias, aquele distinto cavalheiro prendeu a atenção dos visitantes em uma preleção magnífica sobre o que vem realizando com sacrificio, inteligência e dedicação.

Ainda assistiram os professores a diversas reações químicas em que o senhor Olinildo Macêdo revelou especializados conhecimentos.

Conforme fora anunciado haverá amanhã uma festa de cordialidade do professorado, que consistirá de um chá ás 19 horas.

Hoje, ás 15 1/2 horas, os professores incorporados visitaram os tumulos do saudoso interventor Antenor Navarro e do prof. João Batista Leite de Araújo.

outubro da 1933. (A) Professor Antonio Baracchini, secretário geral. Saudações. — Dalcídio Cardoso, diretor geral Educação".

### Conferência do governo "yankee" com os líderes do aço

WASHINGTON, 30 — A fim de conferenciarem com o presidente Roosevelt, foram chamados á Casa Branca os líderes da industria do aço.

Nessa reunião o chefe do governo "yankee" indagará do motivo por que não foi feito um acordo com os proprietários de minas. (A União).

### O DIA DOS EMPREGADOS NO COMERCIO

RIO, 30 — (Nacional) — Realizaram-se grandes comemorações ao Dia dos Empregados do Comercio. (A União).

## Varias noticias telegráficas do país e do estrangeiro

RIO, 28 — (Nacional) — Retardado — O ministro da Fazenda tomou as providencias solicitadas pelo interventor do Estado do Rio, no sentido de ser escriturado como deposito ao mesmo Estado, o produto da taxa de dois por cento ouro, cobrada sobre as mercadorias importadas pelo porto de Niterói e despachadas pela Alfândega desta capital, após deduzida a percentagem dos funcionarios da referida repartição. (A União).

FLORIANOPOLIS, 28 — (Nacional) — Retardado — Chegou a esta

### Fontes termas de Brejo das Freiras

VÃO SER PROCEDIDOS ESTUDOS PARA A CAPTAÇÃO DE SUAS AGUAS

COMO é do domínio publico, o governo do Estado vem se empenhando para que a exploração das fontes termas de Brejo das Freiras entre para o terreno das realizações imediatas, aproveitando-se a excelencia de suas aguas, já comprovada em minucioso estudo, feito pelo ilustre hidro-geologista dr. Andrade Junior, que visitou o nosso Estado ultimamente.

Após aquéllas experiencias químicas de maior valor e procedidas com o maximo escrupulo, o sr. interventor federal, para que não ficassem esses esforços apenas neste ensaio, aliás vitorioso, solicitará no sr. ministro da Agricultura a designação de um outro técnico para a direção dos serviços complementares de estudos para captação das fontes termas encravadas no municipio de Antenor Ngarro. Esse técnico, que é o dr. Mario Abrantes da Silva Pinto, já se encontra nesta capital, tendo-se apresentado ao chefe do governo, devendo seguir, por estes dias, para Brejo das Freiras, onde iniciará os seus trabalhos.

E' o seguinte o officio que apresenta aquêle profissional ao sr. interventor Gratuliano Brito:

"Ministerio da Agricultura — (Diretoria Geral de Produção Mineral) — Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1933 — Sr. Interventor Federal no Estado da Paraíba — João Pessoa — Tenho a honra de vos apresentar o engenheiro Mario Abrantes da Silva Pinto, Assistente técnico do Laboratorio Central de Industria Mineral desta Diretoria Geral, designado por officio de 4 de setembro findo, para dirigir os trabalhos complementares de estudos para a captação das fontes termas de Brejo das Freiras, nesse Estado. — Saúde e fraternidade. — Domingos Fleury da Rocha, diretor geral".

### O caso de um jornalista inglês detido pelo governo alemão

LONDRES, 30 — Não obstante certos rumores, de fonte officiosa, o "Daily Telegraph" recusa-se a acreditar que o governo alemão tencione libertar dentro de pouco tempo o jornalista inglês Panter, preso em Munich, por acusação de alta traição e espionagem. (A União).

RIO, 28 — (Nacional) — Retardado — O capitão Fico, chefe da Polícia da Bahia, concedeu uma entrevista ao "Diário da Noite" sobre o bandoleiro Lampião. (A União).

LISBOA, 28 — Retardado — Foi sufocada uma rebelião que estourou em Bragança, vizando a renuncia do sr. Salazar da presidencia do Ministerio. (A União).

## Ordem dos Advogados do Brasil

### SECÇÃO NA PARAÍBA

Reuniu ontem o Conselho da Ordem dos Advogados na Secção deste Estado, sob a presidencia do dr. José Flásculo da Nobrega.

Compareceram os drs. José Coelho, Adalberto Ribeiro, Sinesio Guimarães, Evandro Souto, Francisco Lianza e Horacio de Almeida.

O expediente constou de diversos offícios.

Na ordem do dia foram discutidos os pedidos de admissão dos provisionados Severino Diniz e Penelon Montenegro, tendo sido indeferidos; o primeiro por existirem em Areia dois advogados inscritos na Ordem e o segundo, por não haver feito a prova de eletor.

Deixou de ser discutido o requerimento do provisionado Pedro Rocha, em virtude de não haver comparecido o relator, dr. Orestes Lisboa.

Ainda o Conselho discutiu o parecer do dr. Adalberto Ribeiro, sobre a representação do prefeito de Santa Rita, contra o dr. Bulhões Pontes de Miranda, julgando-a improcedente, por falta de fundamento legal, contra o voto do dr. Horacio de Almeida.

Dentre as varias medidas de ordem administrativas registradas na sessão de ontem, salienta-se a nomeação de comissões de advogado para o Regimento Interno do Conselho e Código de Ética Profissional.

Resolveu também officiar ao Superior Tribunal de Justiça, procurador geral do Estado e juiz Corregedor para que façam observar o Regulamento da Ordem, quanto ao exercicio de advocacia por pessoas não habilitadas, nos processos de falencia, inventários e todos os atos judiciais. Esta ultima resolução foi tomada em virtude de recomendação do Conselho Federal.

Damos, abaixo, o Parecer exarado pelo dr. Adalberto Ribeiro, que trata da representação do prefeito de Santa Rita, que acima mencionamos:

**PARECER**  
No presente processo, o prefeito do municipio de Santa Rita, tenente Francisco Pedro dos Santos, representa contra o bacharel Joaquim Bulhões Pontes de Miranda, pelo facto alegado em seu officio n.º 75, de 21 de outubro corrente, (fls. 2), terminando por pedir que esse Colendo Conselho, apreciando o caso, classifique a falta cometida, e aplique a pena devida, tudo de conformidade com a lei e a boa justiça.

Aléga o representante que o bel. Pontes de Miranda, dizendo-se nomeado pelo dr. juiz municipal do termo, advogado da Assistência Judiciária em processo crime, promovido pela Justiça Publica contra três réus miseráveis, requereu aquêlla Prefeitura o pagamento de 240\$000 a que se julgava com direito pela defesa feita. Informa, que indeferiu a petição, em razão de não haver verba estipulada para o aludido pagamento. E, em seguida, por lhe parecer que a assistência judiciária é o unico encargo creado ao advogado pelo Regulamento da Ordem, considera o facto de não se conformar com a decisão, haver o interessado recorrido para a Interventoria Federal como incidência na falta prevista pelo art. 27, ns. XII e XIII, que cita e transcreve.

Com vista, dentro do prazo legal, o bel. Pontes de Miranda apresentou as razões de defesa de fls. 3 e 4, nas quais, historicando o caso, diz que o prefeito indeferiu o seu pedido, não porque lhe faltasse direito, mas porque não havia verba estipulada para esse pagamento. Entretanto, aléga, dias antes e dias depois, pagou identicos serviços prestados pelo dr. Arthur Urano de Carvalho e estipendiamente o dr. Horacio de Almeida, como advogado da Prefeitura, numa acção de indenização.

O seu recurso á Interventoria Federal se fundamenta nos arts. 22 e 23 do decreto n.º 109, de 12 de maio de 1931, e que, sem elementos para contestar o recurso, interposto, o prefeito limita-se a representar contra ele á Ordem, fundamentando-se falsamente em dispositivos do Regulamento que não conhece. Diz, em seguida, que a citação do art. 27, n.º XII e XIII, foi feita de mal fé, e "o que constitue falta no exercicio da profissão, nos termos dos dispositivos citados, é acção honorarios ou qualquer recompensa quando funcionar pela Assistência Judiciária, da propria parte assistida ou receber proventos da parte contraria".

A Prefeitura não é e nem foi parte, tendo feito o pedido de pagamento, de acordo com o § 2.º do art. 37 do Codico do Processo Penal do Estado. Continua argumentando que o serviço de Assistência attribuido á Ordem, ainda não está devidamente organizado no Estado e, si o estivesse, não estavam os incumbidos de lá, prohibidos de receber o pagamento devido pelas municipalidades, uma vez

que estas não subvencionam directa ou indirectamente a Ordem. Conclue pedindo para ser considerada a representação improcedente criminalmente, responsabilizando o prefeito de Santa Rita, por crime de denunciação caluniosa e para o facto ser oficialmente levado ao conhecimento dos srs. Interventor Federal e Secretario do Interior, para os fins de direito.

Assim resumidas, representação e defesa, passo a dar parecer sobre o mérito da questão.

A Assistência Judiciária é de exclusiva jurisdição da Ordem dos Advogados do Brasil, nos prechos termos do art. 91 da Consolidação dos Dispositivos regulamentares a que se refere o decreto n.º 22.478, de 20 de fevereiro de 1933. Não estando ainda devidamente regulamentada, neste Estado, a regulamentação, si estivesse feita, teria obedecido á regra XVII, das Instruções para o Serviço de Assistência Judiciária, aprovadas pelo Conselho Federal da Ordem: "Os Conselhos das secções organizam os regimentos dos serviços de assistência em seus Estados, de accordo com as presentes instruções, conciliando-as com as organizações já existentes e as leis e regulamentos a que obedecerem, adotando, em qualquer tempo, todas e quaisquer providencias que reconhecerem convenientes".

E indubitavel que, em qualquer tempo, o que tem a se realizar a efetivação desse dispositivo legal, os regimentos terão de se firmar nas leis adjetivas em vigor. Donde a se concluir que, enquanto tal não se der, logicamente, terão inteira applicação as leis processualistas do Estado que regerem a especie. E, assim acontecendo, diante da careza do dispositivo do Codico do Processo Penal do Estado (§ 2.º do art. 37), duas não podem ser as interpretações do seu texto: "As custas vencidas pelos curadores e defensores "ex-officio" serão pagas pelo municipio qualquer que seja o resultado do processo".

O bel. Pontes de Miranda foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus miseráveis por autoridade competente, o dr. juiz municipal do termo de Santa Rita. Aliás, reconhecida essa circunstancia pelo proprio prefeito representante. "No caso, o recorrente foi nomeado pelo juiz competente, o bel. Pontes de Miranda, foi nomeado defensor de três réus



# PARTE OFICIAL

## ADMINISTRAÇÃO DO EXMO. SR. DR. GRATULIANO DA COSTA BRITO

### GOVERNO DO ESTADO

#### EXPEDIENTE DO GOVERNO DO DIA 27:

Despachos:  
Petição de João da Costa e Silva, maior da Força Pública Militar do Estado, solicitando, 3 meses de licença, em prorrogação a que se achava gozando, para tratamento de sua saúde. — (V. Desp. 64-17-10-33 — Concedido, nos termos do artigo 11 da Lei de Licenças.

Idem de Clotilde Pereira da Trindade, professora da cadeira rudimentar, rural, mista, de Sítio Velho, do município de Esperança, solicitando 30 dias de licença, para tratamento de sua saúde. — Submetta-se à inspeção de saúde.

### SECRETARIA DA FAZENDA, AGRICULTURA E OBRAS PÚBLICAS

#### EXPEDIENTE DO GOVERNO DO DIA 30:

Petições:  
De Claudino Vitor de Lima e Moura, gerente da Imprensa Oficial, requerendo uma licença de seis meses em prorrogação a que está gozando. — Submetta-se à inspeção de saúde.

Contas:  
Da Standard Oil Company, pelo fornecimento de combustível para diversas repartições. — Pague-se a quantia de 5:175\$100.

Da Great Western, referente a requisições de passageiros e transporte de bagagem para a Diretoria de Saúde Pública. — Pague-se a quantia de 14\$900.

De René Hasheer & C., pelo fornecimento de artigos para diversas repartições. — Pague-se a quantia de 24\$558\$000.

De Secundino Toscano de Brito, pelo fornecimento de material para o Instituto Agrônomico "Vidal de Negreiros". — Pague-se a quantia de 1:165\$900.

De F. H. Vergara, pelo fornecimento de material para diversas repartições. Pague-se a quantia de 711\$500.

De Dias Galvão & C., pelo fornecimento de material para a Diretoria de A. e Obras Públicas. — Pague-se a quantia de 1:668\$000.

De Lutz Ferrando & C., pelo fornecimento de material de laboratório para o Estado. — Pague-se a quantia de 18:339\$000.

De Pedro Paiva, pelo fornecimento de carne verde para a Colônia "Julliano Moreira". — Pague-se a quantia de 1:526\$900.

De Manoel Machado, pelo fornecimento de lenha para o Abasteci-

mento d'Água. — Pague-se a quantia de 2:250\$000.  
De Antonio Grama, pelo fornecimento de material para a Diretoria de A. e Obras Públicas. — Pague-se a quantia de 3:269\$700.

Do dr. Raul Leite, pelo fornecimento de medicamentos para a Diretoria de Saúde Pública. — Pague-se a quantia de 4:000\$000.

### FORÇA PÚBLICA MILITAR DO ESTADO

Comando da Força Pública Militar do Estado da Paraíba do Norte — (Auxiliar do Exército de 1.ª Linha)  
Quartel em João Pessoa, 30 de outubro de 1933 — Serviço para o dia 31 (terça-feira).

Dia 4 Força, 2.ª tenente João de Souza.  
Ronda à Guarnição, 1.ª sargento José Belo.

Adjunto ao oficial de dia, 1.ª sargento José Geraldo.

Guarda da Cadeia, 3.ª sargento Wilson Vasconcelos e cabo Antonio Isidoro.

Guarda do Quartel, cabo Raimundo Penaforte.

Dia 4 Enfermaria, cabo Antonio Pereira.

Patrulha da cidade, cabo Manoel Bem.

Dia 4 Secretaria, soldado Vicente Simões.

Dia ao telefone, soldado Josias Andrade.

Ordem à C.O., soldado corneteiro Antonio Juvino.

Fique ao Q.F., soldado aprendiz Francisco Leandro.

Boletim numero 302 — Uniforme 6.ª.

Para conhecimento da Força e devida execução, publico o seguinte:

Segunda parte:

I — Exclusões por deserção: — Seja excluído do estado efetivo da Força e da Cia. Extra., o soldado n. 74, Manoel Geraldo do Nascimento, por se haverem completado os dias de espera marcados em lei para constituir-se ao crime de deserção. Também seja excluído pelo mesmo motivo, o cabo de esquadra n. 753, da 5.ª Cia. Isolada, Antonio Aleixo da Silva, por se ter ausentado do destacamento de Princesa, desde o dia 21 do corrente, ficando rebaixado do posto definitivo de 1.ª classe.

De acordo com o art. 127, do R.E. (Ofício n. 142, de 25 do corrente, do comando da 5.ª Cia. Isolada).

(Ass.) José Maurício da Costa, tenente-coronel-comandante.

Confere com o original: Major Elias Fernandes, sub-comandante interino.

## TESOURO DO ESTADO DA PARAIBA

### DEMONSTRAÇÃO do movimento bancario, em 30 de outubro de 1933

INSTITUTOS DE CREDITOS	Saldo anterior	Depositos nesta data	TOTAIS	Retiradas nesta data	Saldo existente
Banco do Brasil C/ Movimento	—	—	—	—	—
Banco do Brasil C/ Patronato etc.	68.467.965	—	68.467.965	12.431.300	56.036.665
Banco do Estado da Paraíba C/ Movimento	—	—	—	—	—
Banco do Estado da Paraíba C/ Banco Agrícola e Hipotecario	1:663.253	—	1:663.253	—	1:663.253
Banco Central C/ Prazo Fixo	100.000.000	—	100.000.000	—	100.000.000
Banco Central C/ Movimento	116.481.591	—	116.481.591	7:550.000	4:098.591
Pequenos Bancos C/ Prazo Fixo	435.000.000	—	435.000.000	—	435.000.000
Banco do Brasil C/ Auxilio aos Lavradores	5.000.000	—	5.000.000	—	5.000.000
	621.779.809	—	621.779.809	21:739.500	600.040.309

Tesouraria Geral do Tesouro do Estado da Paraíba, em 30 de outubro de 1933.

FRANCA FILHO, tesoureiro geral.

MOACIR DE M. GOMES, escrivão.

### VIDA JUDICIARIA

#### SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO

66.ª sessão ordinária, em 20 de outubro de 1933

Presidente — José Novais.

Pelo dr. secretario — Pedro Lopes Pessoa da Costa.

Procurador geral do Estado — Mauricio Furtado.

Compareceram os desembargadores José Novais, presidente; Paulo Hipacio, vice-presidente; Manuel Azevedo, Souto Maior, Flodoardo da Silveira e o dr. procurador geral do Estado.

Do desembargador Paulo Hipacio: Agravo criminal n. 78, "ex-officio", tado, Mauricio Furtado.

Deram-se as seguintes ocoerencias: da comarca de A. do Monteiro.

Agravante o dr. juiz de direito.

Apelação criminal n. 125, da comarca de A. do Monteiro. Apelante a justiça publica; apelado o réu João Aleixo.

Apelação criminal n. 132, do termo de S. Luzia da comarca de Patos. Apelante Valdevino Pereira da Silva; apelada a J. publica.

Conflicto de jurisdição do termo de Sapé, comarca de Mamanguape. Suscitante o dr. juiz municipal. Suscitado o dr. juiz municipal do termo do Pilar.

Do desembargador Manoel Azevedo: Agravo original "ex-officio" n. 79, da comarca de Cabana. Agravante o dr. juiz de direito.

Apelação criminal n. 129, da comarca de A. do Monteiro. Apelante a justiça publica; apelado o réu José de Brito Cavalcanti.

Do desembargador Souto Maior: Agravo criminal "ex-officio", n. 80, da comarca de Catolé do Rocha. Agravante o dr. juiz de direito.

Apelação criminal n. 130, da comarca de A. do Monteiro. Apelante a justiça publica; apelado Manoel Belarmino Filho.

Do desembargador Flodoardo da Silveira: Apelação criminal n. 131, da comarca de Souza. Apelante a justiça publica; apelado João Alves de Aquino.

Passagens — Agravo de petição civil n. 18, da comarca de João Pessoa. Relator dr. Paulo Hipacio. Agravante João Veloso da Silveira; agravação o dr. juiz de direito da 3.ª vara.

Apelação civil n. 52, da comarca de A. do Monteiro. Relator dr. Paulo Hipacio. Apelante Aristides Pessoa da Silva; apelado Manoel Novais. O relator passou com os respectivos relatórios, ao 1.º revisor des. Manoel Azevedo.

Apelação criminal n. 45, da comarca de C. Grande. Relator des. Flodoardo da Silveira. Apelante o réu Joaquim Campos; apelada a justiça publica. O des. relator passou com relatório, a revisão do des. Paulo Hipacio.

Agravo de petição comercial n. 21, da comarca de João Pessoa. Relator des. Flodoardo da Silveira. Arraques de Maria Carmen Nunes Moura, por si e como representante de suas filhas menores; agravação o dr. juiz de direito da 2.ª vara. O relator passou com o relatório ao 1.º revisor des. Paulo Hipacio.

Agravo de instrumento n. 20, do termo de Esperança, da comarca de A. Agravante Vicente Costa Filho; agravação o dr. juiz de direito. O des. Flodoardo da Silveira passou os autos ao 2.º revisor des. Paulo Hipacio.

Despachos — Agravo de petição criminal "ex-officio" n. 77, da comarca de Areia. Relator des. Flodoardo da Silveira. Agravante o dr. juiz de direito. Foi com vista ao dr. procurador geral do Estado.

Desistência nos autos de apelação criminal n. 57, da comarca de A. Grande. Relator des. Paulo Hipacio. Apelante Antonio Lemeira Guimarães; apelado o dr. juiz de direito. O relator mandou tomar por termo a desistência.

Apelação civil n. 58, da comarca de Guarabira. Relator des. Souto Maior. Apelante Luiz Gonzaga de Araújo e sua mulher; apelados d. Maria Alves de Carvalho e outros. Foi com vista aos apelados e depois ao dr. procurador geral do Estado.

Apelação civil n. 57, da comarca

de Areia. Relator des. Manoel Azevedo. Apelante A. S. White Martins; apelada a Fazenda do Estado. O relator mandou com vista à apelante e depois ao dr. procurador geral do Estado.

Embargos ao acordam nos autos de apelação civil n. 65, da comarca de João Pessoa. Embargantes Celestin Marius Malzac e sua mulher; embargados d. Olívia Olivina Carneiro da Cunha e suas irmãs. O relator des. Flodoardo da Silveira, mandou que depois de intimado os embargantes pag o devido preparo de-se vista ao dr. procurador geral do Estado.

Parecer — Apelação criminal n. 98, da comarca de Guarabira. Relator des. M. Azevedo. Apelante o réu Ascendino Machado da Fonseca; apelada a Justiça Publica.

Agravo de petição civil n. 22, da comarca de C. Grande. Relator des. Paulo Hipacio. Agravante d. Maria Santana da Conceição; agravação o dr. juiz de direito.

Idem n. 23, da comarca de C. Grande. Relator desembargador M. Azevedo. Agravante d. Valeria Gomes de Albuquerque e Severina Gomes de Albuquerque; agravação o dr. juiz de direito.

Apelação civil n. 42, da comarca de Areia. Relator des. Souto Maior. Apelantes Belino de Sales Pessoa e sua mulher; apelada Vitalina Florinda da Conceição.

O dr. procur. do Estado, apresentou os respectivos autos em mesa com os pareceres.

Designação de dia — Agravo de petição criminal em "habeas-corpus" n. 74, da comarca de Patos. Relator des. presidente. Agravante Mililão Alves da Silva, por seu advogado bel. Francisco Nelson da Nobrega; agravação o dr. juiz de direito.

Idem n. 75, da mesma comarca. Relator do mesmo. des. Agravante José de Oliveira, vulgo "Soldadinho", por seu advogado bel. Antonio Pereira Diniz; agravação o dr. juiz de direito.

Apelação criminal n. 61, da comarca de João Pessoa. Relator des. M. Azevedo. Agravante o dr. promotor publico; agravação João Francisco de Souza.

Agravo de petição criminal n. 62, da comarca de Umbuzeiro. Relator des. Souto Maior. Agravante o dr. juiz de direito.

Idem n. 64, da comarca de, digo, do termo de Alagôa Nova. Relator des. Paulo Hipacio. Agravante o dr. juiz de direito; agravação João Laurentino.

Idem n. 73, da comarca de Souza. Relator des. Flodoardo da Silveira. Agravante o dr. juiz de direito.

Agravo de instrumento n. 19, da comarca de S. João do Cariri. Relator des. M. Azevedo. Agravantes Alfredo Freitas de Castro, Severino da Costa Ramos e sua mulher; agravação o dr. juiz de direito.

Idem n. 17, da comarca de Areia. Relator des. Flodoardo da Silveira. Agravantes Pedro da Cunha Lima e sua mulher; agravação o dr. juiz de direito.

Apelação civil (desquinta amigavel), da comarca de Areia. Relator des. Azevedo. Apelante o dr. juiz de direito; apelados Sebastião Gonçalves da Silva e Amelia Rosa de Maria.

Em mesa para os respectivos julgamentos.

Julgamentos: — Petição des "habeas-corpus" n. 42, da comarca de A. Grande. Relator des. presidente. Impetrante o bel. José de Miranda Henriques, em favor do paciente, José Francisco de Souza, denunciado e pronunciado na comarca de A. Grande.

Negou-se por unanimidade de votos, o "habeas-corpus".

Agravo de petição criminal n. 74, da comarca de Patos. Relator des. presidente. Agravante Mililão Alves da Silva, por seu adv. bel. Francisco Nelson da Nobrega; agravação o dr. juiz de direito.

Idem n. 75, da mesma comarca. Relator o mesmo desembargador. Agravante José de Oliveira, vulgo "Soldadinho", por seu advogado bel. Antonio Pereira Diniz; agravação o dr. juiz de direito. Deu-se provimento, por unanimidade de votos, para reformar os respectivos despachos agravados.

Agravo de petição criminal "ex-officio" n. 77, da comarca de Areia. Relator des. Flodoardo da Silveira. Agravante o dr. juiz de direito. Foi com vista ao dr. procurador geral do Estado.

Desistência nos autos de apelação criminal n. 57, da comarca de A. Grande. Relator des. Paulo Hipacio. Apelante Antonio Lemeira Guimarães; apelado o dr. juiz de direito. O relator mandou tomar por termo a desistência.

Apelação civil n. 58, da comarca de Guarabira. Relator des. Souto Maior. Apelante Luiz Gonzaga de Araújo e sua mulher; apelados d. Maria Alves de Carvalho e outros. Foi com vista aos apelados e depois ao dr. procurador geral do Estado.

Apelação civil n. 57, da comarca

de Areia. Relator des. Manoel Azevedo. Apelante A. S. White Martins; apelada a Fazenda do Estado. O relator mandou com vista à apelante e depois ao dr. procurador geral do Estado.

Embargos ao acordam nos autos de apelação civil n. 65, da comarca de João Pessoa. Embargantes Celestin Marius Malzac e sua mulher; embargados d. Olívia Olivina Carneiro da Cunha e suas irmãs. O relator des. Flodoardo da Silveira, mandou que depois de intimado os embargantes pag o devido preparo de-se vista ao dr. procurador geral do Estado.

Parecer — Apelação criminal n. 98, da comarca de Guarabira. Relator des. M. Azevedo. Apelante o réu Ascendino Machado da Fonseca; apelada a Justiça Publica.

Agravo de petição civil n. 22, da comarca de C. Grande. Relator des. Paulo Hipacio. Agravante d. Maria Santana da Conceição; agravação o dr. juiz de direito.

Idem n. 23, da comarca de C. Grande. Relator desembargador M. Azevedo. Agravante d. Valeria Gomes de Albuquerque e Severina Gomes de Albuquerque; agravação o dr. juiz de direito.

Apelação civil n. 42, da comarca de Areia. Relator des. Souto Maior. Apelantes Belino de Sales Pessoa e sua mulher; apelada Vitalina Florinda da Conceição.

O dr. procur. do Estado, apresentou os respectivos autos em mesa com os pareceres.

Designação de dia — Agravo de petição criminal em "habeas-corpus" n. 74, da comarca de Patos. Relator des. presidente. Agravante Mililão Alves da Silva, por seu advogado bel. Francisco Nelson da Nobrega; agravação o dr. juiz de direito.

Idem n. 75, da mesma comarca. Relator do mesmo. des. Agravante José de Oliveira, vulgo "Soldadinho", por seu advogado bel. Antonio Pereira Diniz; agravação o dr. juiz de direito.

Apelação criminal n. 61, da comarca de João Pessoa. Relator des. M. Azevedo. Agravante o dr. promotor publico; agravação João Francisco de Souza.

Agravo de petição criminal n. 62, da comarca de Umbuzeiro. Relator des. Souto Maior. Agravante o dr. juiz de direito.

Idem n. 64, da comarca de, digo, do termo de Alagôa Nova. Relator des. Paulo Hipacio. Agravante o dr. juiz de direito; agravação João Laurentino.

Idem n. 73, da comarca de Souza. Relator des. Flodoardo da Silveira. Agravante o dr. juiz de direito.

Agravo de instrumento n. 19, da comarca de S. João do Cariri. Relator des. M. Azevedo. Agravantes Alfredo Freitas de Castro, Severino da Costa Ramos e sua mulher; agravação o dr. juiz de direito.

Idem n. 17, da comarca de Areia. Relator des. Flodoardo da Silveira. Agravantes Pedro da Cunha Lima e sua mulher; agravação o dr. juiz de direito.

Apelação civil (desquinta amigavel), da comarca de Areia. Relator des. Azevedo. Apelante o dr. juiz de direito; apelados Sebastião Gonçalves da Silva e Amelia Rosa de Maria.

Em mesa para os respectivos julgamentos.

Julgamentos: — Petição des "habeas-corpus" n. 42, da comarca de A. Grande. Relator des. presidente. Impetrante o bel. José de Miranda Henriques, em favor do paciente, José Francisco de Souza, denunciado e pronunciado na comarca de A. Grande.

Negou-se por unanimidade de votos, o "habeas-corpus".

Agravo de petição criminal n. 74, da comarca de Patos. Relator des. presidente. Agravante Mililão Alves da Silva, por seu adv. bel. Francisco Nelson da Nobrega; agravação o dr. juiz de direito.

Idem n. 75, da mesma comarca. Relator o mesmo desembargador. Agravante José de Oliveira, vulgo "Soldadinho", por seu advogado bel. Antonio Pereira Diniz; agravação o dr. juiz de direito. Deu-se provimento, por unanimidade de votos, para reformar os respectivos despachos agravados.

Agravo de petição criminal "ex-officio" n. 77, da comarca de Areia. Relator des. Flodoardo da Silveira. Agravante o dr. juiz de direito. Foi com vista ao dr. procurador geral do Estado.

Desistência nos autos de apelação criminal n. 57, da comarca de A. Grande. Relator des. Paulo Hipacio. Apelante Antonio Lemeira Guimarães; apelado o dr. juiz de direito. O relator mandou tomar por termo a desistência.

Apelação civil n. 58, da comarca de Guarabira. Relator des. Souto Maior. Apelante Luiz Gonzaga de Araújo e sua mulher; apelados d. Maria Alves de Carvalho e outros. Foi com vista aos apelados e depois ao dr. procurador geral do Estado.

Apelação civil n. 57, da comarca

de Areia. Relator des. Manoel Azevedo. Apelante A. S. White Martins; apelada a Fazenda do Estado. O relator mandou com vista à apelante e depois ao dr. procurador geral do Estado.

Embargos ao acordam nos autos de apelação civil n. 65, da comarca de João Pessoa. Embargantes Celestin Marius Malzac e sua mulher; embargados d. Olívia Olivina Carneiro da Cunha e suas irmãs. O relator des. Flodoardo da Silveira, mandou que depois de intimado os embargantes pag o devido preparo de-se vista ao dr. procurador geral do Estado.

Parecer — Apelação criminal n. 98, da comarca de Guarabira. Relator des. M. Azevedo. Apelante o réu Ascendino Machado da Fonseca; apelada a Justiça Publica.

Agravo de petição civil n. 22, da comarca de C. Grande. Relator des. Paulo Hipacio. Agravante d. Maria Santana da Conceição; agravação o dr. juiz de direito.

Idem n. 23, da comarca de C. Grande. Relator desembargador M. Azevedo. Agravante d. Valeria Gomes de Albuquerque e Severina Gomes de Albuquerque; agravação o dr. juiz de direito.

Apelação civil n. 42, da comarca de Areia. Relator des. Souto Maior. Apelantes Belino de Sales Pessoa e sua mulher; apelada Vitalina Florinda da Conceição.

O dr. procur. do Estado, apresentou os respectivos autos em mesa com os pareceres.

Designação de dia — Agravo de petição criminal em "habeas-corpus" n. 74, da comarca de Patos. Relator des. presidente. Agravante Mililão Alves da Silva, por seu advogado bel. Francisco Nelson da Nobrega; agravação o dr. juiz de direito.

Idem n. 75, da mesma comarca. Relator do mesmo. des. Agravante José de Oliveira, vulgo "Soldadinho", por seu advogado bel. Antonio Pereira Diniz; agravação o dr. juiz de direito.

Apelação criminal n. 61, da comarca de João Pessoa. Relator des. M. Azevedo. Agravante o dr. promotor publico; agravação João Francisco de Souza.

Agravo de petição criminal n. 62, da comarca de Umbuzeiro. Relator des. Souto Maior. Agravante o dr. juiz de direito.

Idem n. 64, da comarca de, digo, do termo de Alagôa Nova. Relator des. Paulo Hipacio. Agravante o dr. juiz de direito; agravação João Laurentino.

Idem n. 73, da comarca de Souza. Relator des. Flodoardo da Silveira. Agravante o dr. juiz de direito.

Agravo de instrumento n. 19, da comarca de S. João do Cariri. Relator des. M. Azevedo. Agravantes Alfredo Freitas de Castro, Severino da Costa Ramos e sua mulher; agravação o dr. juiz de direito.

Idem n. 17, da comarca de Areia. Relator des. Flodoardo da Silveira. Agravantes Pedro da Cunha Lima e sua mulher; agravação o dr. juiz de direito.

Apelação civil (desquinta amigavel), da comarca de Areia. Relator des. Azevedo. Apelante o dr. juiz de direito; apelados Sebastião Gonçalves da Silva e Amelia Rosa de Maria.

Em mesa para os respectivos julgamentos.

Julgamentos: — Petição des "habeas-corpus" n. 42, da comarca de A. Grande. Relator des. presidente. Impetrante o bel. José de Miranda Henriques, em favor do paciente, José Francisco de Souza, denunciado e pronunciado na comarca de A. Grande.

Negou-se por unanimidade de votos, o "habeas-corpus".

Agravo de petição criminal n. 74, da comarca de Patos. Relator des. presidente. Agravante Mililão Alves da Silva, por seu adv. bel. Francisco Nelson da Nobrega; agravação o dr. juiz de direito.

Idem n. 75, da mesma comarca. Relator o mesmo desembargador. Agravante José de Oliveira, vulgo "Soldadinho", por seu advogado bel. Antonio Pereira Diniz; agravação o dr. juiz de direito. Deu-se provimento, por unanimidade de votos, para reformar os respectivos despachos agravados.

Agravo de petição criminal "ex-officio" n. 77, da comarca de Areia. Relator des. Flodoardo da Silveira. Agravante o dr. juiz de direito. Foi com vista ao dr. procurador geral do Estado.

Desistência nos autos de apelação criminal n. 57, da comarca de A. Grande. Relator des. Paulo Hipacio. Apelante Antonio Lemeira Guimarães; apelado o dr. juiz de direito. O relator mandou tomar por termo a desistência.

Apelação civil n. 58, da comarca de Guarabira. Relator des. Souto Maior. Apelante Luiz Gonzaga de Araújo e sua mulher; apelados d. Maria Alves de Carvalho e outros. Foi com vista aos apelados e depois ao dr. procurador geral do Estado.

Apelação civil n. 57, da comarca

de Areia. Relator des. Manoel Azevedo. Apelante A. S. White Martins; apelada a Fazenda do Estado. O relator mandou com vista à apelante e depois ao dr. procurador geral do Estado.

Embargos ao acordam nos autos de apelação civil n. 65, da comarca de João Pessoa. Embargantes Celestin Marius Malzac e sua mulher; embargados d. Olívia Olivina Carneiro da Cunha e suas irmãs. O relator des. Flodoardo da Silveira, mandou que depois de intimado os embargantes pag o devido preparo de-se vista ao dr. procurador geral do Estado.



# O Ensino Primário no Piauí

(Comunicado da Diretoria Geral de Informações, Estatística e Divulgação, do Ministério da Educação e Saúde Pública)

Não decorreu o atual governo piauiense o magno problema da instrução e foi principalmente para ele que se voltaram logo de início as suas vistas.

A precariedade do aparelhamento escolar, os métodos anômalos do regulamento de 1910, o prevalecimento de práticas menos aconselháveis, faziam-lhe sentir a necessidade e urgência de uma reforma que ao mesmo tempo adaptasse a sua Diretoria Geral de Instrução ao desempenho de suas funções, cada vez mais complexas e onerosas em face do desenvolvimento do Piauí, e imprimisse aos métodos de ensino "fórmula conciliatória" com as atuais conquistas pedagógicas e modernas orientações didáticas". Essa a finalidade do regulamento que se organizou e que baixado por decreto n. 1.301, em 14 de setembro de 1931, se executa hoje sob competente e dedicada direção técnica.

No Piauí, pois, como nas unidades da Federação, não se distinguem em matéria de instrução, é o ensino primário, integral, moderno e inteligentemente ministrado, tendo a escola como principal escopo a formação do homem dignamente socializado.

Pelo regulamento de 1931, terá o Estado as seguintes categorias de ensino: a) pré-escolar educativo; b) primário; c) profissional; d) normal e secundário.

Para o exercício do ensino pré-escolar, um dos benefícios da atual organização do ensino no Piauí, haverá pelo menos, um Jardim de Infância na capital, para crianças maiores de 4 e menores de 7 anos, com 3 períodos de curso.

O ensino público primário, de 6 anos de curso, é gratuito, obrigatório e leigo em todos os estabelecimentos públicos que o ministram. Atinge essa obrigatoriedade às crianças de 7 a 14 anos que residirem perto da escola pública, isto é, até 2 kms. se do sexo feminino e até 3 se do sexo masculino. Não se entende, entretanto, nem as crianças filhas ou meninos de famílias privilegiadas, seja por defeito orgânico, seja acidentalmente por se acharem sofrendo de moléstia contagiosa ou repulsiva; nem as que receberem instrução em casa ou em escolas sujeitas à fiscalização técnica da Diretoria Geral; nem as que tiverem instrução equivalente à ministrada nas escolas públicas, nem as de famílias abastadas, enquanto não tiver o Estado promovido os meios de assistência.

Aos pais, tutores ou quem suas vezes fizer, caberá responsabilidade pela matrícula e frequência das crianças à escola, sob pena de multa de 10\$000 a 30\$000. Também incorrerá em multa, o pai ou o responsável, quando, impedido, ou dificultar que os menores a seu serviço frequentem a escola.

Como estabelecimentos dependentes do Estado ministram o ensino primário: as escolas isoladas; as escolas reunidas; os grupos escolares; a Escola Modelo "Artur Pedreira"; a Escola de Adaptação, e a Escola Prática de Agricultura.

Para o custeio do ensino, conta o Estado com o auxílio dos municípios, que deverão consignar 15 % de suas rendas brutas para custeio dos serviços de instrução, saúde e segurança. Por disposição do artigo 81, poderá o Estado abdicar de parte das suas prerrogativas em favor dos municípios, mediante autorização técnica em matéria de ensino se tornar reconhecida — concedendo-lhes autonomia para financiar e administrar as suas escolas públicas, uma vez subordinadas essas para efeito de fiscalização, regime didático, funcionamento, estatística e provimento de cadeiras, à Diretoria Geral de Instrução.

A autonomia econômica concedida aos municípios, poderá se estender com os distritos municipais, custeada, entretanto, a instrução pelo município a que for concedida.

Dividindo o ensino primário em duas categorias distintas de ensino, — o fundamental e o complementar — o regulamento de 1931 estabelece que o fundamental seja ministrado nas escolas isoladas, nas escolas reunidas e nos três primeiros anos de curso dos grupos escolares e da Escola Modelo, e que o complementar constitua a finalidade do último ano de curso, da Escola Modelo e dos grupos escolares.

Haverá ainda o ensino complementar especial na Escola de Adaptação para crianças de idade mínima de 12 anos, e classes especiais para a prática do ensino primário fundamental, na Escola Prática de Agricultura.

A organização das escolas isoladas obedece às seguintes características: terão 3 anos de curso e serão espaciais para cada sexo ou mistas. De funcionamento diurno ou noturno, serão instaladas onde quer que se verificar, de acordo com o regulamento,

a existência de mais de 30 crianças em condições de receber instrução primária.

No caso de ser a matrícula superior, respectivamente, a 50 alunos nos povoados, 60 nas vilas e 70 nas cidades, o ensino nas escolas isoladas diurnas será ministrado em dois turnos, pela manhã e à tarde, com a duração de 3 horas, no mínimo, o da tarde. Percebendo os respectivos professores, nesse caso, uma gratificação de 20 % sobre os seus vencimentos diários, por aula do 2.º turno.

Constam muitos mínimos de matrícula nas escolas rurais, 30 alunos, nas distritais 40 e nas urbanas 50, sendo a frequência mínima respectivamente de 20, 28 e 35 alunos. A não verificação dessa frequência em 3 meses consecutivos, dará lugar a suspensão ou transferência da escola. Existem também escolas de simples alfabetização, localizadas em povoados de população escassa, sob a denominação de "escolas nucleares".

As escolas reunidas se formam quando num círculo de raio de 2 kms. houver, pelo menos, duas escolas isoladas. Nessas escolas, cuja matrícula mínima por classe é de 30 alunos, o curso é o fundamental de 3 anos e nelas poder-se-á proceder à formação de classes mistas, para o agrupamento das crianças pela idade real e mental.

Os grupos escolares serão instalados nas localidades onde houver, pelo menos, 180 crianças em idade escolar e terão, no mínimo, 4 classes. Caso exceda a matrícula a 45 alunos, o estabelecimento poderá funcionar em 2 turnos como ficou previsto para as escolas isoladas e os respectivos regentes de cadeiras perceberão nesse caso, mais uma gratificação de 25 % sobre os seus vencimentos diários, por aula do 2.º turno.

A Escola Modelo "Artur Pedreira" funcionará anexa à Escola Normal Oficial e terá organização em todo idêntica à dos grupos escolares da capital, dos quais se constituirá o padrão. Além das classes comuns, prevê o regulamento de 1931 a criação, nessa escola, de classes especiais para deficiente orgânico e anormal, com matrícula de 15 alunos pelo menos, cada classe.

A Escola Modelo se destina à prática pedagógica dos alunos de 4.ª e 5.ª anos normais.

A Escola de Adaptação, anexa também à Escola Normal Oficial, destina-se aos candidatos à matrícula nesse ensino, que apresentarem deficiência física ou mental, e complementar especial de 2 anos e tem por fim ampliar e metodizar os conhecimentos fundamentais já adquiridos pelos alunos e "firmar as vocações" dos que serão aproveitados para matrícula na Escola Normal. Só serão admitidos à matrícula, que é de 50 no máximo, crianças de 12 anos que apresentem certificação do médico, de que os grupos escolares ou estabelecimentos que a eles correspondam.

A Escola de Adaptação terá duas classes iniciais, uma para cada sexo, sendo o provimento das cadeiras respectivas feito mediante concurso entre os parentes de escolas de 4.ª e 5.ª entrância. No caso, previsto, do desdobramento de classes, a regência, gratuita, caberá alternadamente, aos pais e aos irmãos dos 5.ª ano da Escola Normal.

O ano letivo nas escolas públicas começa a 15 de fevereiro e termina a 25 de novembro, excetuando a Escola de Adaptação onde ele se inicia a 1.ª de março e termina a 25 de novembro.

Nas escolas diurnas, o funcionamento das aulas se verifica das 7 às 12 horas, das 14 às 17 no 2.º turno, e das 18 às 19 no 3.º, reservados para recreio ao ar livre, em plena liberdade, 30 minutos. Nas escolas noturnas o tempo fixado é o de 18 às 21 horas.

Classificam-se os professores do ensino primário em professores de 1.ª, 2.ª, 3.ª e 4.ª entrâncias, de acordo com a categoria das escolas que ocupam, e em professores efetivos, internos, adjuntos, estagiários e substitutos, quanto à forma do provimento nos cargos.

A supremacia direção e inspeção do ensino cabe em 1.º lugar ao chefe do poder executivo que as exercerá por intermédio da Secretaria Geral do Estado e imediatamente ao diretor geral da instrução, por si e por seus auxiliares.

A inspeção será técnica e administrativa. Esta é exercida permanentemente pelo secretário geral do Estado, pelo diretor geral da instrução, pelo Conselho Superior de Ensino e pelos Conselhos Populares e seus delegados nos municípios, e, extraordinariamente, pelos inspetores técnicos. Aquela cabe ao diretor geral e aos inspetores técnicos.

Acham-se subordinados à Diretoria Geral de Instrução, como única repartição competente para administrar e fiscalizar diretamente todos os ramos do ensino no Estado, — além das seções de expediente, reconhecimento e estatística, as da Ins-

petoria Técnica do Ensino e Inspeção médico-escolar.

Aos inspetores técnicos nomeados efetivamente, mediante concurso, além das atribuições inerentes ao cargo, caberá despachar no meio social, por meio de conferências, o interesse na causa do ensino; fundar caixas escolares; estimular a fundação de museus e bibliotecas escolares; propagar o espírito de associação de classe e de assistência às crianças pobres favorecidas pela caixa escolar, etc.

A Inspeção Médico-Escolar terá em seu quadro um inspetor em cada cidade, com o auxílio de auxiliares. Os professores e diretores de estabelecimentos públicos. Aos primeiros compete em síntese: estabelecer vigilância sobre as condições higiênicas dos estabelecimentos de ensino; proceder a inspeção de saúde no pessoal docente e velar pela saúde dos alunos das escolas públicas e particulares. O inspetor atuará, individualmente, providenciando para correção de defeitos remediáveis e promovendo a seleção, por classes próprias, das crianças que por condições anormais necessitem educação especial.

O Conselho Superior do Ensino, com sede na capital e sob a presidência do secretário geral do Estado, ou em seu impedimento, do diretor geral de instrução, decidirá como órgão informativo, de todas as questões, não previstas no regulamento, que se suscitarem sobre a instrução e a educação pública, e deliberará sobre as vantagens oferecidas aos membros do magistério público.

Compõe-se o Conselho de 5 membros: o secretário geral do Estado, o diretor geral da Instrução Pública, o inspetor médico-escolar, um representante da Escola Normal Oficial, um professor primário. É obrigatória, sob pena de multa, a aceitação dos cargos eletivos de membros do Conselho, sendo os serviços públicos por eles prestados, considerados relevantes.

Igual regulam os membros dos Conselhos Populares de Instrução que funcionarão em cada um dos municípios e distritos municipais do Estado. Serão membros dessa instituição: o juiz de direito nas sedes de comarcas, o juiz distrital nos termos, dois chefes de família eleitos de 2 em 2 anos pelos pais ou responsáveis pelos alunos matriculados nas escolas públicas do município ou distrito. A principal atribuição dos Conselhos Populares de Instrução é a de fiscalizar e inspecionar o ensino primário público e particular.

As excursões escolares, tão preceituadas para o ensino prático, acham-se previstas no regulamento de 1931, que determina se sejam feitas em "aulas cooperativas modelares".

Nos "pelotões de saúde" organizados nos grupos escolares e escolas reunidas por associações de alunos e de acordo com as instruções para esse fim especialmente expedidas, terão os médicos escolares um eficiente auxílio, pois que visam eles incentivar, entre os escolares, "hábitos de higiene", fixando-lhes a "consciência sanitária".

Para a assistência aos menores indigentes serão criadas caixas escolares em todas as localidades do Estado.

O regulamento de 1931 concede aos particulares o livre exercício do ensino primário, desde que ministrado em "vernalvas" e sob a observância dos preceitos regulamentares estabelecidos. É obrigatório para o funcionamento dos estabelecimentos de ensino primário particular, o prévio registro na Diretoria Geral de Instrução. Esse registro que é gratuito, só se fará mediante informações prestadas em requerimento, sobre localização dos prédios, suas condições higiênicas, programa de ensino, etc.

Para as despesas com a instrução foram reservados segundo o trabalho "Finanças dos Estados do Brasil" organizado pela comissão de estudos financeiros e econômicos dos Estados e Municípios, 827 contos para 1931 e 1.067 contos para 1932. Representam esses totais, respectivamente, 16 % e 21 % da despesa total fixada para aqueles exercícios. Em 1932, destinavam-se só à instrução primária, 720 contos, o que representa mais de 14 % sobre a despesa total fixada para o exercício.

O movimento estatístico apresenta os seguintes dados:

Escolas 16.410 estaduais, 34 municipais e 6 particulares, sendo masculinas 8, femininas 4 e mistas 138.

Professores — 275 (227 no ensino estadual, 36 no ensino municipal e 12 no ensino particular). Pertenciam ao sexo masculino, 42, e ao sexo feminino, 233.

Número de alunos matriculados — 10.497 (8.564 nas escolas estaduais, 1.650 nas escolas municipais e 273 nas particulares). Eram do sexo masculino, 5.247 e do feminino, 5.250.

Número de alunos frequentes — 6.449 (5.254 no ensino estadual, 975 no ensino municipal e 220 no ensino particular). Concorreram para esse total, 3.033 alunos do sexo masculino e 3.366 do sexo feminino.

Conclusões de curso — 572 (558 no ensino estadual, 8 no ensino municipal e 22 no ensino particular). Pertenciam ao sexo masculino 266 alunos e ao sexo feminino 406.

## Inspeção da Vigilância Noturna

Do respectivo inspetor, sr. Severino Toscano de Brito, recebemos uma circular, convidando-nos para assistir à inauguração dos serviços dessa corporação, amanhã, em sua sede provisória, à rua 1.ª de Maio n.º 31, às 19 horas.

# Ordem dos Advogados do Brasil

(Conclusão da 1.ª pag.)

a lei determinar. No caso em julgamento, o município de Santa Rita.

XIII "Receber proventos da parte pública, ou de terceiros, sem prévia e expressa quitação do seu cliente". Não alcanço "lobrigar" o ponto objetivado pela transcrição. Salvo, si o município de Santa Rita, se considero terceiro, na questão. Terceiro, na aceitação legal, é o que, não sendo parte, pode ter na causa qualquer interesse. Nem assim, os municípios, na disposição do Código do Processo Penal, não são terceiros interessados nas ações criminais. Apresentam o Poder Público, obrigacionado na defesa da sociedade, para cujo fim recebem proventos, sob as formas de impostos, taxas e emolumentos, e, por força da lei, obrigados ao pagamento das custas dos curadores e defensores "ex-officio", nos processos criminais dos reus miseráveis.

Pelo motivos expostos, sou de parecer que se considere improcedente a representação do prefeito do município de Santa Rita, tenente Francisco Pedro dos Santos, contra o bel. Joaquim Bulhões Pontes de Miranda, por falta de fundamento legal, arquivando-se o processo.

## CARTAS À-DIREÇÃO

Recebemos: "Ilustres srs. redatores — saudações."

O abaixo assinado presidente da Colônia de Pescadores Z.º "Arnaldo Luz", representando o sentir unânime dos colonos vem protestar contra as injúrias atiradas ao nosso tesoureiro João de Almeida Dias Paredes e o sr. Francisco de Assis Caçô, pelas colunas da "Liberdade", que se edita nesta capital.

As duas pessoas em questão a quem a Colônia de Pescadores deve grande soma de serviços estão sendo vítimas do despeito incoerente de alguém.

Mas, de modo nenhum, diminua o conceito que ambos gozam no subúrbio de Barreiras, onde a atuação dos mesmos em proveito coletivo, é uma realidade.

Barreiras, 30 de outubro de 1933. — Otílio Curato.

"Ilmo. sr. Redator da 'A União' — Saudações. — Rogo a v.ª a inserção no vosso conceituado jornal, das linhas abaixo: Desafeto que sou do sr. Francisco de Assis, mais o dever de consciência me impõe que venha ao encontro do que ficou dito no 'Correio da Manhã' de 27 do corrente sobre a pessoa do sr. Francisco Caçô."

Estando estacionado em Guarabira, como empregado no Posto de Proibição de Fumo Amarelo, inesperadamente faleceu, nesta capital, a minha esposa; avisado, transporte-me imediatamente a esta capital. Ao chegar aqui encontrei tudo providenciado relativamente aos funerais, por iniciativa de meu saudoso pai e do sr. Francisco de Assis, que foi solícito em prestar todo conforto aos meus filhos, conforme é de seu feito humanitário.

E serviço dessa natureza prestado pelo sr. Francisco de Assis nesta terra, se fosse enumerar todos, as colunas do vosso jornal, estão certo, que não comportariam. — João Pessoa, 30 de outubro de 1933. — Antonio José de Souza"

Norma Shearer e Fredric March em O AMOR QUE NÃO MORREU — Dia 3 no "Santa Rosa".

## NOTAS POLICIAIS

BARBARO CRIME, ANTE-ONTEM, NO BAIRRO DE CRUZ DAS ARMAS — A PRISÃO DO CRIMINOSO EM FLAGRANTE

A rua do Centenário, bairro de Cruz das Armas, ante-ontem, pela manhã, encontravam-se a beber, em franca camaradagem, os indivíduos Manoel Francisco da Cruz, vulgo "Mandú", e José Marques de Lima, vulgo "Zé Cabôco".

Em dado momento, porém, involuntariamente, este último teve a infelicidade de dizer algumas palavras ofensivas à amasia de "Mandú", de nome Teodósia Maria da Conceição. Sentindo-se magoado, Manoel Francisco investe para "Zé Cabôco", armado de uma "quica".

Deitou-se, então, entre ambos, rebeldia lutuosa, da qual resultou sair gravemente ferido "Zé Cabôco", que faleceu momentos após.

O criminoso foi preso em flagrante, tendo comparecido ao local do

quanto aos pedidos, feitos pelo representado:

a) Responsabilidade criminal do prefeito de Santa Rita, por denúncia caluniosa, que o interessado classifica crime de denúncia caluniosa, previsto pelo art. 207 da Consolidação das Leis Penais, e b) Levar a Ordem, oficialmente, o fato ao conhecimento dos srs. Interventor Federal e Secretário do Interior, "para que, punido o prefeito delinqüente façam no melhor respeito os direitos, libelos e os deveres do cargo que ocupa", nos seus próprios dizeres, parece-me que ambos estão fora da alçada do Conselho da Ordem.

O primeiro, pode intentá-lo o ofendido, si assim entender. O segundo, não seria aconselhável, num caso de interesse particular, que não pode ser classificado como ofensivo aos interesses comuns que a Ordem representa.

Salvo melhor juízo.

Sala do Conselho da Ordem dos Advogados Brasileiros, Seção da Paraíba, 30 de outubro de 1933.

Adalberto Ribeiro

crime o tenente Antonio Correia Brasil, delegado auxiliar, que instaurou o competente inquérito.

## De luto a nação francesa

PARIS, 30 — Dois grandes vultos nacionais franceses acabam de falecer: o ex-primeiro ministro Paul Painlevé e o cientista Albert Calmette, professor da Academia de Medicina. (A União).

A ESQUINA DO PECADO — Uma história de paixão ardente e abnegação.

## Falência da firma João Sales & Cia.

A requerimento dos srs. Renda, Priore & Irmãos, de Recife, foi, pelo juiz de direito da 1.ª vara, declarada há poucos dias, a falência da firma João Sales & Cia., estabelecida, na avenida Beato Padre Feliciano, desta capital, com armazém de lousas e vidros.

Os credores até agora nomeados para síndico têm recusado a nomeação, sendo provável que aquele cargo recaia em pessoa estranha.

## Durval de Queiroz Carreira

Dentista licenciado pela D. N. S. P. Av. Concordia, 383 — João Pessoa.

## Instituições de caridade

Asilo de Mendicidade "Carneiro da Cunha" — Boletim da semana de 22 a 28 de outubro de 1933.

Visitas — O estabelecimento foi visitado por 6 pessoas, cujos nomes constam do livro de presença.

Serviço Médico — O dr. Lourival Moura, que esteve de semana, visitou o estabelecimento receitando 6 atendimentos, sendo o refeitório aviado na farmácia Londres, também de semana.

Movimento de indigentes — Existiam 91, saíram 2. Ficam existindo 93, sendo 36 homens e 57 mulheres.

Escala de serviço — Pelo Conselho foram designados para o serviço da semana de 29/10 a 4/11/33 o diretor José Vicente Montenegro, o médico dr. Ulisses Nunes e a farmácia Conflança.

Além dos asilados matriculados, existem mais 7 indigentes em observação. O estado sanitário do Asilo continua sem alteração.

## NECROLOGIA

Faleceu, a 10 do corrente, em Soledade, deste Estado, o sr. José Baé, agricultor ali.

O extinto era casado deixando vários filhos, e contava 81 anos de idade.

O sr. José Baé era sogro do sr. Felizardo Pereira, também residente em Soledade, parente próximo da sr.ª. Eufrosina da Cunha Santos, esposa do sr. Antonio Menino dos Santos, porteiro da Imprensa Oficial, e do sr. José da Cunha Moreno, agricultor no lugar Livramento.

Dr. Alcides Vasconcellos

Ex-Assistente da Faculdade de Medicina do Rio

CLINICA MEDICA EM GERAL

Completa e moderna Instalação de Eletricidade Médica

Cura radical das HEMORROIDAS e VARIZES (veias dilatadas)

sem operação e sem dor.

Praça Antenor Navarro, 14 e 20 — 1.º Andar

DAS 13 ÀS 18 HORAS DIARIAMENTE

Dr. JOSÉ MAGALHÃES

CONSULTÓRIO: RUA DIREITA, 504.

MEDICO ESPECIALISTA

QUALQUER TRATAMENTO MEDICO E OPERATORIO DAS DOENÇAS DOS OLHOS, OUVIDOS, NARIZ E GARGANTA.

RESIDENCIA: Rua Visconde de Pelotas, 242. — JOÃO PESSOA.



**COMPRA-SE** uma casa, de construção moderna, o mais próximo possível do centro da cidade.

Escrever a J. B., na gerência desta folha, informando sobre o preço mínimo e o local do imóvel.

**15\$000**

É o preço de uma roupa de banho, na "CASA DAS MEIAS", à Avenida B. Rohan, n.º 206.

**VENDE-SE — Uma boa casa situada na rua do Tambiá, n.º 555. (Ao lado do Parque Arruda Camara). A' tratar na mesma.**

**OURO** — Compra-se de 7500 a 11500 na rua Duque de Caxias, 389. Arribino Leite.

**ALUGA-SE MAGNIFICA RESIDENCIA PARA PEQUENA FAMILIA DE TRATAMENTO**, situada no centro de terreno, muito próxima da cidade, com dois pavimentos, amplos dormitórios e quarto de banhos, dois saneamentos, etc. Para tratar na Praça Antenor Navarro n.º 8.

**Vende-se um engenho**

Vende-se uma ótima propriedade na zona do Brejo, município de Serraria, com engenho fabricando rapadura e aguardente. Maquinismo e pertences novos. Promissora safra fundada para 1934. Muitas fontes de água potável, boa casa de residência, casa de tijolos com avião de fazer farinha; cercados, bastante laranja, frutas e outros benefícios. Negócio de ocasião. Para melhores informações, com o cirurgião dentista dr. Arnaldo Lima Duarte, na vila de Serraria ou na cidade de Guarabira.

**BUNGALOW** — Visitem o que P. Fiorillo acaba de construir à Avenida da Jaqueira, esquina da Avenida João da Mata. Vende-se facilitando o pagamento.

**"CASINO MIRA-MAR"** — Será inaugurado no dia 25 deste, este magnífico pavilhão, situado à entrada do bairro S. Antonio, na pitoresca praia de Tambiá. Serviço de bar e restaurant, compartimento para banhos, roupas, depósito de gelo, bicicleta para aluguel, água, luz e telefone. Fornece refeições a domicílio. Cozinha a portuguesa, peixadas diariamente.

Indo a Tambiá visitem o "Casino Mira-mar".

**CASAS BARATAS**

Casas de aluguel, casa de negocio, terra excelente para pequeno plantio de capim, especialmente para hortaliças.

Vendem-se por preço baratíssimo e de ocasião, uma propriedade, com tendo nova casa de talpa e tijolos (juntas ou separadas), casa de negocio, com ou sem mercadorias, onze casas cobertas de palhas, terrenos próprios, terrenos para construções, no começo da avenida Mira-Mar, junto ao Parque Arruda Camara.

A tratar na mesma avenida, n.º 98, na casa da venda.

Facilita-se o pagamento.

**EM CABEDELO** — Vende-se um excelente motor "PENTA", adaptável a pequenas embarcações.

A tratar à rua dr. João da Mata, n.º 26, naquela localidade.

**AUTOMOVEL "FORD"** — Vende-se um quasi novo e funcionando muito bem. A tratar na Casa das Fazendas Baratas, à avenida B. Rohan n.º 71.

**L. Pinto de Abreu**, representações de Tacos de Acapú, Páu Amarelo e Supupira, madeiras para construções, dormentes, etc. Rua Maciel Pinheiro, 285.

**UM SITIO A' VENDA** — Está exposto à venda no distrito de Belém de São João do Rio do Peixe, um sítio, com casa e terrenos para plantio da cana e algodão.

Contém a referida propriedade já varias benfeitorias em perfeito estado, como sejam, um acude grande com capacidade de acumular água para tres annos de seca; um engenho bem montado com um alambique para distillação de aguardente em ordem de funcionamento, duas casas de tijolos para residência de familias. Tudo isto localizado em terrenos muito aproveitados.

A tratar com o proprietario, José Anacleto de Andrade.

**Norma Shearer — O AMOR QUE NAO MORREU** — O 1.º aniversário do "Santa Rosa", no dia 3.

## COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO COSTEIRA

End. Tel.: COSTEIRA — Telefone n.º 234  
Serviço de passageiros e cargas

### VAPORES ESPERADOS

**"PAQUETE "ITAGIBA"** — Esperado dos portos do Sul, no dia 31 do corrente, sairá no mesmo dia, para Recife, Maciô, Baía, Vitória, Rio de Janeiro, Santos, Paranaguá, Antonina, Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre.

Recebemos também carga para Penêdo, Aracajú, Ilhéus, São Francisco, Itajaí, Florianópolis e Imbituba, com cuidadosa baldeação em Rio de Janeiro.

### VAPORES ESPERADOS NO PORTO DE RECIFE

**PAQUETE "ITAIMBE"** — Esperado dos portos do Sul no dia 31 do corrente, sairá a 31, para Areia Branca, Fortaleza, S. Luiz e Belém.

**PAQUETE "ITAQUICE"** — Esperado dos portos do Norte no dia 31 do corrente, sairá a 1.º de novembro, para Maciô, Baía, Rio de Janeiro, Santos, Rio Grande e Porto Alegre.

**Paquete "ITAPE"** — Esperado dos portos do Norte no dia 7 de novembro, sairá a 8, para os mesmos portos acima.

**AVISO:** — A fim de evitar malogros de embarques, pelos quais a Companhia não se responsabiliza, seja qual for a sua causa, pede-se aos carregadores que providenciem para que as suas cargas estejam ao costado dos navios no dia da sua chegada.

Passagens, encomendas e valores atendem-se no escritório até as 15 horas das vésperas das saídas.

Os consignatários de cargas devem retirá-las do trapiche da Companhia dentro do prazo de 3 dias, após as descargas, findo o qual incidirão as mesmas em armazenagem.

As reclamações por avaria, extravio ou falta, devem ser apresentadas por escrito, no escritório da Agência, dentro de 3 dias depois de terminadas as descargas. Esta disposição, não sendo ressaltada, fica a Companhia isenta de qualquer responsabilidade.

Outras informações serão dadas pelos agentes.

**WILLIAMS & CIA.**

Praça Antenor Navarro, n.º 8 — João Pessoa  
PARAIBA DO NORTE.

## SINDICATO CONDOR LIMITADA

RAPIDEZ — SEGURANÇA — CONFORTO

### RIO DE JANEIRO

**CHEGADA DO AVIAO DO SUL:**

Todas as sexta-feiras, às 12,30

**SAÍDA PARA O NORTE:**

Todas as sexta-feiras, às 12,40

**CHEGADA DO NORTE:**

Todas as quarta-feiras, às 7 horas

**SAÍDA PARA O SUL:**

Todas as quarta-feiras, às 7,10

Para informações a respeito de passagens, correspondência e fretes

**COMPANHIA COMERCIO E INDUSTRIA KRONCKE**

Praça Antenor Navarro, 28-34 — João Pessoa

## COMPANHIA CARBONIFERA RIO-GRANDENSE

Linha regular de vapores entre  
Cabedelo e Porto Alegre

### CARGUEIROS RAPIDOS:

**"Chui", "Taqui", "Herval", "Odete" e "Butiá"**  
Vapor "Taqui"

Chegará a 28 de outubro, seguindo depois da necessaria demora para os portos de Recife, Maciô, Rio, Santos, Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre.

Accepta-se carga para os portos de Paranaguá, Antonina, Itajaí e Florianópolis, com perfeito serviço de transbordo no Rio.

A Companhia dispõe do grande Armazém n.º 4 do Cais do Porto do Rio de Janeiro.

Demais informações com os

**Agentes — LISBÔA & CIA.**

## Instituto Comercial JOÃO PESSÔA -- Capital

(RECONHECIDO PELO GOVÊRNO ESTADUAL)

### DIURNO E NOTURNO — PARA AMBOS OS SEXOS

Aulas teóricas e práticas de português, francês e inglês. Cursos especiais para o preparo de candidatos a concursos em estabelecimentos federais e estaduais. Mantém os seguintes cursos: — PRIMARIO, ADMISSÃO, COMERCIAL, DATILOGRAFIA E TAQUIGRAFIA.

Acceptam-se trabalhos datilográficos sob contrato.

Ensino pratico de datilografia nas seguintes máquinas: — SMITH PREMIER, REMINGTON, ROIAL e UNDERWOOD

**HORTENSE PEIXE, diretora.**

**PESSOENSES!** Prestai mais um culto á memoria do Grande Presidente, saboreando os cigarros "Presidente João Pessoa".

**SAUDE — VITALIDADE — VIGOR**  
**FIBROGENOL**  
O MELHOR RECONSTITUINTE

**PIANO E BANDOLIM** — Ester Holmes Pedrosa aceita alunas em domicílios. Av. Almeida Barreto, 641.

## COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO LÓIDE BRASILEIRO

Séde: — Rio de Janeiro — Brasil  
Rua do Rosario, 2-22

A maior empresa de navegação da America do Sul

Serviço de passageiros e cargas  
LINHA SANTOS — BELÉM  
PARA O NORTE

**PAQUETE "SANTAREM"** — De Santos e escalas, é esperado a 26 do corrente, sairá no mesmo dia, para Natal, Fortaleza, São Luiz e Belém.

**PAQUETE "POCONE"** — De Santos e escalas, é esperado a 2 de novembro, sairá no mesmo dia, para Natal, Fortaleza, São Luiz e Belém.

### PARA O SUL

**PAQUETE "PARA"** — De Belém e escalas, é esperado a 27 do corrente, sairá no mesmo dia, para Recife, Maciô, Baía, Rio de Janeiro e Santos.

**PAQUETE "ALMIRANTE JACEGUAÍ"** — De Belém e escalas é esperado no dia 3 de novembro, sairá no mesmo dia, para Recife, Maciô, Baía, Rio de Janeiro e Santos.

### LINHA SANTOS-TUTOIA

**CARGUEIRO "ARACAJU"** — Esperado do norte no proximo dia 28, sairá no mesmo dia para Recife, Maciô, Rio e Santos

A Companhia recebe cargas para Santarém, Itacoatiara e Manaus com transbordo em Belém e para Pelotas e Porto Alegre a transbordo no Rio Grande.

Recebem-se cargas para qualquer porto do Estado da Baía, em Trafego Mutuo, em S. Salvador, com a Cia. de Navegação Baiana.

Outrosim, aceita cargas para estações da Rede Mineira de Viação com baldeação em Angra dos Reis.

As reclamações de faltas e avarias só serão aceitas por escrito e dentro do prazo de três dias após a descarga.

Para demais informações com o agente,

**BASILEU GOMES**

Escritorio: Praça Antenor Navarro n.º 14 — Armazem: Praça 15 de Novembro

Fones: — Escritorio, 38 Armazens, 53 — JOAO PESSOA

## LÓIDE NACIONAL SOCIEDADE ANONIMA

Séde: — Rio de Janeiro

### PASSAGEIROS

### LINHA PORTO-ALEGRE-CABEDELO

**PAQUETE "ARARANGUA"** — Esperado dos portos do sul no proximo dia 3 de novembro, e sairá no mesmo dia para Recife, Maciô, Baía, Vitória, Rio de Janeiro, Santos, Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre.

### LINHA TUTOIA-S. FRANCISCO

**CARGUEIRO "ITAIPU"** — Esperado no dia 27 do corrente e sairá no mesmo dia, para Recife, Maciô, Baía, Rio, Santos, Paranaguá e S. Francisco.

### LINHA TUTOIA-PORTO ALEGRE

**CARGUEIRO "CAMPEIRO"** — Esperado do sul no proximo dia 1, sairá no mesmo dia para Natal, Fortaleza, Camocim e Amarração (Tutoia).

Regular serviço de cargas e passageiros, pelos paquetes "ARAB" entre os portos de Cabedelo e Porto-Alegre.

Saídas de Cabedelo, todas as quartas-feiras, ao meio dia.

Para demais informações com o agente: **BASILEU GOMES.**

Escritorio — Praça Antenor Navarro, n.º 14 Armazem —

Praça 15 de Novembro.

Telefones: Escritorio 38, Armazem 53 — JOAO PESSOA

## PEREIRA CARNEIRO & C.ª LIMITADA

(Comp. Comercio e Navegação)

Séde: — Rio de Janeiro

### VAPORES ESPERADOS

"GURUPI"

Esperado de Pará e escalas no dia 31 do corrente, sairá

após a demora necessaria para Recife, Maciô, Vitória, Rio, Santos, Paranaguá e Antonina, para onde recebe carga.

**AVISO** — Previne-se aos srs. carregadores que as ordens de embarque só serão fornecidas até a vespera da saída dos vapores contra entregas dos conhecimentos de embarque e despachos federais e estaduais.

Para cargas e encomendas, fretes, valores, trata-se com os agentes:

**COMPANHIA COMERCIO E INDUSTRIA KRONCKE**

PRAÇA ANTENOR NAVARRO, 28-34 — JOAO PESSOA



# Cinemas & Filmes

## O triunfo da cinematografia sonora na Paraíba

"Santa Rosa", "Felipéa", "Rio Branco" e agora o "Cine Jaguaribe"

DECIDIDAMENTE a nossa capital está hoje servida com o melhor bom gosto, nos domínios da cinematografia, quer em matéria de filmes, quer em edificações.

Inaugurado, a 3 de novembro do ano passado, o cinema sonoro, no "Santa Rosa", pela estimada firma A. Leal & C., foi este o primeiro passo dado para a vitória dessa outra fase da cinematografia em nossa terra. Passando toda a programação falada, cantada e musicada das duas grandes marcas "Metro-Goldwyn" e "Fox-Filme Movietone". Depois do "Santa Rosa", a Empresa Cinematográfica Paraibana, tendo à sua frente o espírito empreendedor e ativo do sr. Elmar Svendsen, o mais antigo empresário de filmes do nosso Estado, resolveu, em boa hora adquirir instalações o frequentado cinema FELIPÉA, que demora à rua da República. O resultado desse louvável esforço foi o que todos viram e vemos: o "Felipéa" regorgitando de "fans" todas as noites.

Seguiu-se ao triunfo do Felipéa o do "Rio Branco". Alí a vitória ainda foi maior: um prédio amplo, 800 poltronas, instalações sonoras duplas, enfim o mais importante cinema do Estado, equiparando-se mesmo aos melhores existentes nas capitais do Norte e agora

### O 4.º CINEMA SONORO DE JOÃO PESSOA

Com a compra do edifício onde funcionava o cinema "São João", pela firma R. Wanderley & C., a qual, em homenagem ao bairro resolveu mudar o seu nome para CINE-JAGUARIBE, será efetivada a aspiração de dotar aquela zona habitada por mais de quinze mil pessoas, de uma casa de diversões à altura do seu progresso.

Consultando, dessa forma, a vontade do povo, a esforçada firma R. Wanderley & C., mandou imediatamente fazer uma reconstrução no antigo prédio, estando as respectivas obras a cargo do competente construtor sr. Antonio Gama, já bastante adiantadas.

O novo edifício do CINE-JAGUARIBE terá um salão de projeções de 33 metros por 8,50, para uma lotação de quatrocentas cadeiras da primeira classe e trezentas de segunda e quatro camarotes, disposto de palco, ampla cabine com excelentes instalações sonoras, duas bilheterias, uma de 1.ª e outra de 2.ª classe, distintamente dispostas. A frente do prédio terá

três portas e o oitavo principal outras três, com oito bandeiras para ventilação que será dessa forma, abundante. Na fachada principal, será colocado grande e artístico letreiro luminoso "Cine-Jaguaribe" e na parte material será aberta outra em cimento.

As poltronas, já chegadas e em exposição no edifício da firma P. Mendonça & C., da rua Maciel Pinheiro são idênticas às do "Rio Branco".

Interna e externamente o prédio possuirá elegante aspecto.

Já muito adiantadas as obras de reconstrução geral, esperam os operários srs. R. Wanderley & C. inaugurar o JAGUARIBE até o dia 20 de novembro próximo.

### "SANTA ROSA"

#### "BEN-HUR"

Apesar de ser uma filia antiga, BEN HUR merece o título de "grande produção" e de "trabalho máximo" de Ramon Novarro.

Película apenas sincronizada, BEN HUR é um espetáculo tão imponente que, ninguém se sente com a coragem de atacar a mesma falta que, em outros filmes, seria insuperável.

"Ben Hur" ainda será focado hoje e amanhã no "Santa Rosa".

E' uma cinta que ninguém se arrepende de ver.

O PRIMEIRO ANIVERSARIO DO CINEMA SONORO NA PARAIBA "O AMOR QUE NÃO MORREU" SEXTA-FEIRA NO "SANTA ROSA" NORMA SHEARER não é apenas o sorriso mais bonito dos "studios" de Culver City. E' também o sorriso que viajou do Canadá para buscar o sol da California... No dia 3, no "Santa Rosa", os "fans" verão os seus mais lindos sorrisos porque ela fixa, na ação de "O Amor que não morreu", pelo menos dez mil sorrisos, tornando o bonito o que já é bonito: o romance dessa poema de Romantismo e Beleza que a "Metro" editou para marcar entre nós um dos seus "hits" máximos de 1932.

Esse filme que a sensibilidade do público pessoense vai sentir, é todo de coisas bonitas, de motivos encantadores. E' a historia de dois amores — e Norma Shearer vive-os no passado e no futuro. Em ambos os amores sofre muito, mas em um e outro, Norma Shearer não deixa de sorrir, mesmo sentindo que quasi se dissipam os seus ditinos sonhos...

O AMOR QUE NÃO MORREU tem sido uma vitória em toda a parte. Em João Pessoa certamente a

sensibilidade do nosso publico não lhe negará a consagração que merece, como finalissima obra de arte e de beleza que é.

Norma no lado de Fredric March e Leslie Howard, Norma num lance de amor e ternura que ninguém esquecerá porque esse romance irá apaixonar a todo o mundo.

"Smilin' Through" será exibido muito antes: a empresa "A. Leal & Cia." reservou este filme para comemoração do primeiro aniversario do "Santa Rosa", que é sexta-feira proxima, uma das mais sensacionais produções da "Metro Goldwyn Mayer" este ano.

A empresa "A. Leal & Cia." prepara varias surpresas para as exhibições desse filme das matins será um sorteio de um permanente para um ano.

A ESQUINA DO PECADO — A pellicula suprema para as mulheres.

### REGISTO

FEZ ANOS ANTE-ONTEM:

O jovem Carmelo Rufo, aluno do Instituto Commercial "João Pessoa", e filho do sr. Carmelo Rufo, construtor nesta cidade.

FEZ ANOS ONTEM: Senhorita Analice Caldas — Transcorreu ontem aniversario natalicio da senhorita Analice Caldas, professora da Escola de Aprendiziz Artífices e elemento destacado da nossa sociedade.

Por esse motivo muitas foram as felicitações que lhe endereçaram as pessoas de sua amizade. A "Associação Paraibana pelo Progresso Feminino, da qual a aniversariante é uma das mais esforçadas diretoras, promoveu expressivas manifestações em regosio pelo acontecimento.

FAZEM ANOS HOJE:

O pequeno Paulo, filho do sr. Antonio de Abreu Pessoa, funcionario Publico do Estado.

A sra. d. Ana Cesar de Carvalho, esposa do sr. Antonio Cesar de Albuquerque, residente em Rio Tinto.

A sra. d. Leonor Quiteria de Oliveira, esposa do sr. Florencio Candido de Ramalho, residente em S. Bento.

A senhorita Celina Paiva, filha do sr. Antero Farias Pimentel, residente no Estado de Pernambuco.

A sra. d. Ocilia Nunes Cabral, esposa do sr. Jaime Cabral, residente em Aracá.

A menina Miriam, filha do sr. Severino Chaves, grafico nesta capital.

A senhorita Vanda Gomes Carneiro, filha do sr. Antonio Gomes Carneiro, comerciante nesta praça.

CASAMENTOS:

Elenco Volith Pires-Raimundo Pires — Casaram-se em Recife, no dia 17 deste mês, o dr. Raimundo Pires, digno prefeito do municipio de Souza, e a senhorita Volith Pires, filha do sr. Deocleciano Pires, residente nesta cidade.

Doze casados regressaram a Souza no dia 20, sendo-lhes oferecido um jantar intimo na residencia do pai do noivo, sr. Lindolfo Junior, comparecendo toda a sociedade local.

Pelo grato acontecimento os jovens nubentes têm recebido numerosos cumprimentos das pessoas de suas relações de amizade.

NASCIMENTOS:

Acha-se em festa, desde ontem, nesta cidade, o lar do sr. Antonio de Abreu Pessoa, funcionario publico do Estado, e de sua esposa sra. d. Freda Lins Pessoa, que nasceu a uma criança do sexo masculino, que na pia batismal, receberá o nome de Pedro.

Chama-se Tára a criança do sexo feminino, filha do casal Agenor Galvão-Ivete Pimentel de Melo, nascida ontem, nesta capital.

VIAJANTES:

Pelo trem do horario de hoje segue para o Recife o sr. Rosil Guedes, funcionario do Servico de Classificação do Algodão que acaba de ser removido para aquela capital.

### DESPORTOS

O "PALMEIRAS" EMPATOU POR 3 X 3 COM O "CABO BRANCO"

Para uma assistência numerosa, realizou-se domingo, no campo das Trincheiras, o anunciado encontro dos filiaes à L. D. P., "S. Cabo Branco" e "Palmeiras S. C.", em disputa do campeonato da cidade.

O jogo desenvolveu-se num ambiente de entusiasmo, não havendo, convenem que se registre, no decorrer da partida, nenhum incidente que motivasse as censuras deprimidas que estamos, infelizmente, acostumados a presenciar em campo e que tão mal dizem do nosso grão de civilização.

O "Palmeiras" apresentou uma equipe bastante forte, onde figuraram sete elementos da "Liga Campinense de Futebol", não obtendo, entretanto, a vitória que esperava, devido ao fracasso de inicio, da sua linha dianteira, que não teve a atuação de costume.

O contrario succedeu com o quadro alvi-celeste, que agiu com muita segurança no primeiro tempo, conseguindo três pontos para seus cores, por intermedio de Pitota e Dedé.

No segundo tempo, os palmeirenses tiveram ação mais decisiva, atacando com sfinco a barra cabobranquense, empatando a partida, após a saída do "back" Zepedro, posto fora de combate seriamente machucado.

Ao que sabemos, o "Cabo Branco", apesar de victorioso com o empate, alegando irregularidades verificadas no encontro de ante-ontem, não se conformou com o resultado, e vai levar o caso ao conselho da Entidade Maxima dos nossos desportos. Atuou a partida o sr. Luis Franca

Sobrinho, um dos mais acatados arbitros paraibanos.

### REUNIAO NA LIGA DESPORTIVA PARAIBANA

Em sua sede social, às 19 1/2 horas, reuniu-se hoje, a diretoria da Liga Desportiva Paraibana para tratar de assuntos de grande importancia.

Nesta reunião serão discutidas as bases finais do campeonato de 1933, promovido pela entidade maxima dos desportos paraibanos. O dr. João Santa Cruz, presidente da L. D. P., solicita, por nosso intermedio, o comparecimento de todos os diretores.

## Secção Livre

O mons. Manoel Antonio de Paiva, hoje bispo de Garanhuns, tendo perdido, ha tempos, a caderneta sob n. 1.115-A de um deposito que fez na Caixa Economica al, nesta cidade, requer que lhe dê 2.ª via da referida caderneta para fins de direito.

AGRADECIMENTO — Venho de publico, cumprindo um dever de gratidão, testemunhar do fundo da alma o meu imorredoiro agradecimento a todas as pessoas generosas e amigas que tiveram a gentileza de me visitar e de se interessar pelo meu estado de saúde, durante a minha permanencia de creche na Maternidade, onde me submeti a uma intervenção cirurgica de "Miofibroma", graças a Deus e á

competencia científica dos illustres clinicos operadores, drs. Lauro Wanderley, Antonio de Avila Lins e Newton Lacorda, já me acho quasi restabelecido. Ao dr. Lauro Wanderley, é a quem devo muito especialmente me dirigir pelo muito que fez pela minha saúde já com o concurso de reconhecida competencia, já pelo modo muito especial com que me tratou de tão cruceante padecimento. Os meus agradecimentos se estendem também ás boas irmãs Superiora e Myrtila, pelo muito que fizeram por mim, quando dos momentos angustiosos da operação, até o meu completo restabelecimento com os seus cuidados e zelos, e á bondosa enfermeira Ana, que é bem um exemplo de trabalho e dedicação, á minha gratidão.

João Pessoa, 30 de outubro de 1933.  
— Maria Troccoli Crudo.

CASA EM PRAIA FORMOSA — Aluga-se, a tratar no Palácio das Secretarias com Gambarra Filho.

4 CASAS PARA RENDA — Vendem-se por preço de ocasião novas, na esquina da Avenida Jaqueira e dr. João da Mata, construção de P. Florillo, trata-se acabadas de construir, estilo moderno.

ALUGAM-SE 2 casas, uma na rua Irineu Joffe e outra em Ponta de Mato, a tratar na rua Epitacio Pessoa, 262.



**CINE-TEATRO SÃO ROSA**  
**O AMOR QUE NÃO MORREU**

SESSÃO UNICA A'S 7 HORAS  
Continúa arrebatando toda cidade.  
RAMON NOVARRO em  
BEN HUR!  
Entradas 2\$200

Está se aproximando a grande data do aniversario do SANTA ROSA no dia 3 de novembro  
O AMOR QUE NÃO MORREU

Está prestes a ser consagrado pelo nosso publico! NORMA SHEARER irá alucinar os fans de toda cidade, na maior das suas creações artisticas!

GRANDES SURPREZAS! SORTEIOS DE UM PERMANENTE POR UM ANO. A Empresa fornecerá aos habitués durante as exhibições de "O amor que não morreu", um cartão com um numero a fim de que possam participar do sorteio.

O AMOR QUE NÃO MORREU  
O filme que se assiste com lagrimas nos olhos!

O mais terno, o mais envolvente, o mais sutil romance do cinema! Super espetáculo da "Metro Goldwyn Mayer", para o dia 3 —

Mais informações no escritorio da Empresa "Santa Rosa"

## Cine-teatro RIO BRANCO

O MAIS AMPLO, LUXUOSO E CONFORTAVEL THEATRO DO ESTADO — INSTALAÇÃO SONÓRA DUPLA DA MELAFONE CORPORATION. (MOVIETONE E VITAFONE)

### PROGRAMA PARA HOJE

A historia de uma felicidade que se gerou do nada para crear um mundo de amor.

#### CAVALHEIRO DE ALUGUEL

Tem a mesma técnica dos filmes de Chevalier — Superfilme da "Paramount", com Herbert Marshall, Sari Maritza, Charlie Ruggles, Mary Bolan, George Barbier

... Desenvolvendo-se no ambiente de Viena após a guerra, o filme combina os valores do argumento e da camera, habilmente manejada, com um acompanhamento musical que comenta o romance do principio ao fim.

Musica do famoso STRAUSS — Complementos: Paramount Sound News, um Desenho animado

Preços — Balcão — Adultos 3\$300 — Crianças 2\$200

Salão: — Adultos 2\$200 — Crianças 1\$100

## Cinema FELIPÉA

INSTALAÇÃO SONORA MODERNÍSSIMA DA MELAFONE CORPORATION. (MOVIETONE E VITAFONE)

Continuação do seriado da "Universal"

### O EXPRESSO DO OESTE

4.ª série em 4 partes, com Lane Chandler e Souire Lorraine.

Complemento — Uma comedia em duas partes.

Preços: — Adultos 1\$600 — Crianças 1\$100



**EM HOMENAGEM**  
Aos habitantes do florecente bairro de  
**JAGUARIBE**  
e para completar o seu programa de tudo renovar no antigo

**Cinema SÃO JOÃO**

**R. VANDERLEI & Cia. Ltd.**  
**Resolveram**  
mudar o nome desta antiga Casa de diversões para:

**CINE — JAGUARIBE**

Nova Empreza! Nova sala de projeção! Nova fachada!  
Nova sala de espera! Nova máquina cinematográfica!

**ATÉ O NOME É NOVO!**  
VELHOS SOMENTE OS PREÇOS!!!



**DR. MANOEL SOBRAL**

**CIRURGIÃO DENTISTA**

Consultas das 7 às 11 e 1 às 4

Rua Barão do Triunfo, 420 -- Por cima do Banco Central -- João Pessoa

# EDITAIS

**EDITAL N. 5** — De ordem do sr. prefeito municipal, faço publico, para que chegue ao conhecimento dos interessados, que esta Prefeitura está recebendo a boca do cofre, até o ultimo dia do corrente mês de outubro, o imposto de decima urbana do corrente exercício. Findo esse prazo será esse imposto cobrado com a multa de 25% dentro dos 3 meses que seguirem e, decorrido estes, será promovido a cobrança executiva com a multa de 50%.

Prefeitura Municipal de Sapé, 7 de outubro de 1933. Luiz da Veiga Pessoa, secretário.

**MUNICIPIO DE UMBUZEIRO — ESTADO DA PARAIBA — EDITAL** — Pelo presente edital faz saber, nesta Prefeitura, pelo prazo de 30 dias e de ordem do prefeito municipal dr. José de Araújo Pereira, a concorrência para o fornecimento de energia elétrica à vila de Umuzeiro (sede do município) e às povoações de Aroeiras e Natuba (sedes distritais), com o aproveitamento de uma poderosa queda d'agua no Riacho de Natuba, neste município.

O município já possui um perfeito serviço de luz elétrica na vila de Umuzeiro, servido por um motor de força de 40 cavalos, a gaz pobre e completas instalações elétricas em pleno funcionamento, despendo porém, transformar todo o serviço em um só, obedecendo a um unico controle, com a constituição de uma nova empresa ou ampliação da atual.

Os interessados deverão fazer suas propostas por escrito ou ter um entendimento pessoal para melhor elucidar o projeto e poderem oferecer o orçamento definitivo, para estudos e aprovação posterior.

Secretaria da Prefeitura Municipal de Umuzeiro, 9 de outubro de 1933.

Abdias Cebral de Moura, secretário.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA** — Edital n.º 13 — Para conhecimento dos interessados, faz publico que esta Prefeitura está recebendo a boca do cofre, até o ultimo dia do corrente mês de outubro a 3.ª e ultima prestação do imposto sobre casas comerciais e industrias desta capital e subúrbios relativos às importancias superiores a 100\$000.

Terminado o prazo acima serão adicionados 10% de multa no primeiro mês a seguir e mais 2% sobre cada mês vindouro, de conformidade com o decreto n.º 234, de 11 de janeiro de 1933.

Prefeitura Municipal de João Pessoa, 13 de outubro de 1933. José de Carvalho, diretor Exp. e Faz.

**TRIBUNAL REGIONAL DE JUSTIÇA ELEITORAL DO ESTADO DA PARAIBA — EDITAL** — O desembargador Paulo Hipacio da Silva, presidente do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral do Estado da Paraíba, faz saber, a quem interessar, que em sessão realizada a 18 do corrente, este Tribunal, em virtude da restauração da comarca de São João do Cariri e do termo de Brejo do Cruz, resolveu alterar o plano de divisão do Estado em zonas eleitorais, que é o seguinte:

Plano de divisão do território do Estado da Paraíba em zonas eleitorais, tendo em vista as alterações feitas pelos decretos da Intervenção Federal ns. 403 e 428, de 25 de junho e 18 de outubro de 1933, respectivamente.

**1.ª ZONA** — Município de João Pessoa, compreendendo as sub-prefeituras de Santa Rita e Cabedelo e o município de Pedras de Fogo.

**2.ª ZONA** — Municípios de Mamanguape e Sapé.

**3.ª ZONA** — Municípios de Campina Grande e Solidade.

**4.ª ZONA** — Municípios de Bananeiras e Araruna.

**5.ª ZONA** — Municípios de Alagôa Grande e Alagôa Nova.

**6.ª ZONA** — Municípios de Cajazeiras e S. José de Piranhas.

**7.ª ZONA** — Municípios de São João do Cariri, Cabaceiras e Taperoá.

**8.ª ZONA** — Município de Umuzeiro.

**9.ª ZONA** — Municípios de Campina Grande e Solidade.

**10.ª ZONA** — Município de Picuí.

**11.ª ZONA** — Município de Alagôa do Monteiro.

**12.ª ZONA** — Municípios de Patos, Teixeira e Santa Luzia.

**13.ª ZONA** — Município de Pombal.

**14.ª ZONA** — Municípios de Catalão do Rocha e Brejo do Cruz.

**15.ª ZONA** — Municípios de Píancó e Misericórdia.

**16.ª ZONA** — Municípios de Itabaiana, Ingá e Pilar.

**17.ª ZONA** — Municípios de Souza e Antenor Navarro.

**18.ª ZONA** — Municípios de Cajazeiras e S. José de Piranhas.

**19.ª ZONA** — Municípios de São João do Cariri, Cabaceiras e Taperoá.

**20.ª ZONA** — Municípios de Campina Grande e Solidade.

**21.ª ZONA** — Municípios de Bananeiras e Araruna.

**22.ª ZONA** — Municípios de Alagôa Grande e Alagôa Nova.

**23.ª ZONA** — Municípios de Cajazeiras e S. José de Piranhas.

**24.ª ZONA** — Municípios de São João do Cariri, Cabaceiras e Taperoá.

**25.ª ZONA** — Município de Umuzeiro.

**26.ª ZONA** — Municípios de Campina Grande e Solidade.

**27.ª ZONA** — Município de Picuí.

**28.ª ZONA** — Município de Alagôa do Monteiro.

**29.ª ZONA** — Municípios de Patos, Teixeira e Santa Luzia.

**30.ª ZONA** — Município de Pombal.

**31.ª ZONA** — Municípios de Catalão do Rocha e Brejo do Cruz.

**32.ª ZONA** — Municípios de Píancó e Misericórdia.

**33.ª ZONA** — Municípios de Itabaiana, Ingá e Pilar.

**34.ª ZONA** — Municípios de Souza e Antenor Navarro.

**35.ª ZONA** — Municípios de Cajazeiras e S. José de Piranhas.

**36.ª ZONA** — Municípios de São João do Cariri, Cabaceiras e Taperoá.

**37.ª ZONA** — Município de Umuzeiro.

**38.ª ZONA** — Municípios de Campina Grande e Solidade.

**39.ª ZONA** — Município de Picuí.

**40.ª ZONA** — Município de Alagôa do Monteiro.

**41.ª ZONA** — Municípios de Patos, Teixeira e Santa Luzia.

**42.ª ZONA** — Município de Pombal.

**43.ª ZONA** — Municípios de Catalão do Rocha e Brejo do Cruz.

**44.ª ZONA** — Municípios de Píancó e Misericórdia.

**45.ª ZONA** — Municípios de Itabaiana, Ingá e Pilar.

**46.ª ZONA** — Municípios de Souza e Antenor Navarro.

**47.ª ZONA** — Municípios de Cajazeiras e S. José de Piranhas.

**48.ª ZONA** — Municípios de São João do Cariri, Cabaceiras e Taperoá.

**49.ª ZONA** — Município de Umuzeiro.

**50.ª ZONA** — Municípios de Campina Grande e Solidade.

**51.ª ZONA** — Município de Picuí.

**52.ª ZONA** — Município de Alagôa do Monteiro.

**53.ª ZONA** — Municípios de Patos, Teixeira e Santa Luzia.

**54.ª ZONA** — Município de Pombal.

**55.ª ZONA** — Municípios de Catalão do Rocha e Brejo do Cruz.

**56.ª ZONA** — Municípios de Píancó e Misericórdia.

**57.ª ZONA** — Municípios de Itabaiana, Ingá e Pilar.

**58.ª ZONA** — Municípios de Souza e Antenor Navarro.

**59.ª ZONA** — Municípios de Cajazeiras e S. José de Piranhas.

**60.ª ZONA** — Municípios de São João do Cariri, Cabaceiras e Taperoá.

**61.ª ZONA** — Município de Umuzeiro.

**62.ª ZONA** — Municípios de Campina Grande e Solidade.

**63.ª ZONA** — Município de Picuí.

**64.ª ZONA** — Município de Alagôa do Monteiro.

**65.ª ZONA** — Municípios de Patos, Teixeira e Santa Luzia.

**66.ª ZONA** — Município de Pombal.

**67.ª ZONA** — Municípios de Catalão do Rocha e Brejo do Cruz.

**68.ª ZONA** — Municípios de Píancó e Misericórdia.

**69.ª ZONA** — Municípios de Itabaiana, Ingá e Pilar.

**70.ª ZONA** — Municípios de Souza e Antenor Navarro.

**71.ª ZONA** — Municípios de Cajazeiras e S. José de Piranhas.

**72.ª ZONA** — Municípios de São João do Cariri, Cabaceiras e Taperoá.

**73.ª ZONA** — Município de Umuzeiro.

**74.ª ZONA** — Municípios de Campina Grande e Solidade.

**75.ª ZONA** — Município de Picuí.

**76.ª ZONA** — Município de Alagôa do Monteiro.

**77.ª ZONA** — Municípios de Patos, Teixeira e Santa Luzia.

**78.ª ZONA** — Município de Pombal.

**79.ª ZONA** — Municípios de Catalão do Rocha e Brejo do Cruz.

**80.ª ZONA** — Municípios de Píancó e Misericórdia.

**81.ª ZONA** — Municípios de Itabaiana, Ingá e Pilar.

**82.ª ZONA** — Municípios de Souza e Antenor Navarro.

**83.ª ZONA** — Municípios de Cajazeiras e S. José de Piranhas.

**84.ª ZONA** — Municípios de São João do Cariri, Cabaceiras e Taperoá.

**85.ª ZONA** — Município de Umuzeiro.

**86.ª ZONA** — Municípios de Campina Grande e Solidade.

**87.ª ZONA** — Município de Picuí.

**88.ª ZONA** — Município de Alagôa do Monteiro.

**89.ª ZONA** — Municípios de Patos, Teixeira e Santa Luzia.

**90.ª ZONA** — Município de Pombal.

**91.ª ZONA** — Municípios de Catalão do Rocha e Brejo do Cruz.

**92.ª ZONA** — Municípios de Píancó e Misericórdia.

**93.ª ZONA** — Municípios de Itabaiana, Ingá e Pilar.

**94.ª ZONA** — Municípios de Souza e Antenor Navarro.

**95.ª ZONA** — Municípios de Cajazeiras e S. José de Piranhas.

**96.ª ZONA** — Municípios de São João do Cariri, Cabaceiras e Taperoá.

**97.ª ZONA** — Município de Umuzeiro.

**98.ª ZONA** — Municípios de Campina Grande e Solidade.

**99.ª ZONA** — Município de Picuí.

**100.ª ZONA** — Município de Alagôa do Monteiro.

**101.ª ZONA** — Municípios de Patos, Teixeira e Santa Luzia.

**102.ª ZONA** — Município de Pombal.

**103.ª ZONA** — Municípios de Catalão do Rocha e Brejo do Cruz.

**104.ª ZONA** — Municípios de Píancó e Misericórdia.

**105.ª ZONA** — Municípios de Itabaiana, Ingá e Pilar.

**106.ª ZONA** — Municípios de Souza e Antenor Navarro.

**107.ª ZONA** — Municípios de Cajazeiras e S. José de Piranhas.

**108.ª ZONA** — Municípios de São João do Cariri, Cabaceiras e Taperoá.

**109.ª ZONA** — Município de Umuzeiro.

**110.ª ZONA** — Municípios de Campina Grande e Solidade.

**111.ª ZONA** — Município de Picuí.

**112.ª ZONA** — Município de Alagôa do Monteiro.

**113.ª ZONA** — Municípios de Patos, Teixeira e Santa Luzia.

**114.ª ZONA** — Município de Pombal.

**115.ª ZONA** — Municípios de Catalão do Rocha e Brejo do Cruz.

**116.ª ZONA** — Municípios de Píancó e Misericórdia.

**117.ª ZONA** — Municípios de Itabaiana, Ingá e Pilar.

**118.ª ZONA** — Municípios de Souza e Antenor Navarro.

**119.ª ZONA** — Municípios de Cajazeiras e S. José de Piranhas.

**120.ª ZONA** — Municípios de São João do Cariri, Cabaceiras e Taperoá.

**121.ª ZONA** — Município de Umuzeiro.

**122.ª ZONA** — Municípios de Campina Grande e Solidade.

**123.ª ZONA** — Município de Picuí.

**124.ª ZONA** — Município de Alagôa do Monteiro.

**125.ª ZONA** — Municípios de Patos, Teixeira e Santa Luzia.

**126.ª ZONA** — Município de Pombal.

**127.ª ZONA** — Municípios de Catalão do Rocha e Brejo do Cruz.

**128.ª ZONA** — Municípios de Píancó e Misericórdia.

**129.ª ZONA** — Municípios de Itabaiana, Ingá e Pilar.

**130.ª ZONA** — Municípios de Souza e Antenor Navarro.

**131.ª ZONA** — Municípios de Cajazeiras e S. José de Piranhas.

**132.ª ZONA** — Municípios de São João do Cariri, Cabaceiras e Taperoá.

**133.ª ZONA** — Município de Umuzeiro.

**134.ª ZONA** — Municípios de Campina Grande e Solidade.

**135.ª ZONA** — Município de Picuí.

**136.ª ZONA** — Município de Alagôa do Monteiro.

**137.ª ZONA** — Municípios de Patos, Teixeira e Santa Luzia.

**138.ª ZONA** — Município de Pombal.

**139.ª ZONA** — Municípios de Catalão do Rocha e Brejo do Cruz.

**140.ª ZONA** — Municípios de Píancó e Misericórdia.

**141.ª ZONA** — Municípios de Itabaiana, Ingá e Pilar.

**142.ª ZONA** — Municípios de Souza e Antenor Navarro.

**143.ª ZONA** — Municípios de Cajazeiras e S. José de Piranhas.

**144.ª ZONA** — Municípios de São João do Cariri, Cabaceiras e Taperoá.

**145.ª ZONA** — Município de Umuzeiro.

**146.ª ZONA** — Municípios de Campina Grande e Solidade.

**147.ª ZONA** — Município de Picuí.

**148.ª ZONA** — Município de Alagôa do Monteiro.

**149.ª ZONA** — Municípios de Patos, Teixeira e Santa Luzia.

**150.ª ZONA** — Município de Pombal.

**151.ª ZONA** — Municípios de Catalão do Rocha e Brejo do Cruz.

**152.ª ZONA** — Municípios de Píancó e Misericórdia.

**153.ª ZONA** — Municípios de Itabaiana, Ingá e Pilar.

**154.ª ZONA** — Municípios de Souza e Antenor Navarro.

**155.ª ZONA** — Municípios de Cajazeiras e S. José de Piranhas.

**156.ª ZONA** — Municípios de São João do Cariri, Cabaceiras e Taperoá.

**157.ª ZONA** — Município de Umuzeiro.

**158.ª ZONA** — Municípios de Campina Grande e Solidade.

**159.ª ZONA** — Município de Picuí.

**160.ª ZONA** — Município de Alagôa do Monteiro.

**161.ª ZONA** — Municípios de Patos, Teixeira e Santa Luzia.

**162.ª ZONA** — Município de Pombal.

**163.ª ZONA** — Municípios de Catalão do Rocha e Brejo do Cruz.

**164.ª ZONA** — Municípios de Píancó e Misericórdia.

**165.ª ZONA** — Municípios de Itabaiana, Ingá e Pilar.

**166.ª ZONA** — Municípios de Souza e Antenor Navarro.

**167.ª ZONA** — Municípios de Cajazeiras e S. José de Piranhas.

**168.ª ZONA** — Municípios de São João do Cariri, Cabaceiras e Taperoá.

**169.ª ZONA** — Município de Umuzeiro.

**170.ª ZONA** — Municípios de Campina Grande e Solidade.

**171.ª ZONA** — Município de Picuí.

**172.ª ZONA** — Município de Alagôa do Monteiro.

**173.ª ZONA** — Municípios de Patos, Teixeira e Santa Luzia.

**174.ª ZONA** — Município de Pombal.

**175.ª ZONA** — Municípios de Catalão do Rocha e Brejo do Cruz.

**176.ª ZONA** — Municípios de Píancó e Misericórdia.

**177.ª ZONA** — Municípios de Itabaiana, Ingá e Pilar.

**178.ª ZONA** — Municípios de Souza e Antenor Navarro.

**179.ª ZONA** — Municípios de Cajazeiras e S. José de Piranhas.

**180.ª ZONA** — Municípios de São João do Cariri, Cabaceiras e Taperoá.

**181.ª ZONA** — Município de Umuzeiro.

**182.ª ZONA** — Municípios de Campina Grande e Solidade.

**183.ª ZONA** — Município de Picuí.

**184.ª ZONA** — Município de Alagôa do Monteiro.



**José Tavares Cavalcanti**

ADVOGADO

Campina Grande — Parahyba

zo do secretariado da Fazenda, importa na multa de 50.000 (cincoenta mil réis) diários por dia de atraso, que será descontada do fornecedor por ocasião do pagamento.

**DORMENTES**

As propostas deverão ser entregues na Secretaria da Fazenda, até o dia 31 de outubro corrente, às 14 horas. O prazo para o presente fornecimento deverá ser estabelecido tendo por base a entrega de três mil e quinhentos (3.500) dormitórios de madeira de primeira qualidade: arceira ou baratinha, tendo as dimensões de dois metros por vinte três (23) centímetros e por treze (13) centímetros e quatro (4) metros por vinte e três (23) centímetros e por treze (13) centímetros.

Será admitida a tolerância em comprimento até vinte (20) centímetros com correspondente redução em preço, para os dormitórios comuns. Para as especiais a tolerância pode ir até cinquenta (50) centímetros, feita também a redução correspondente em preço.

Admite-se ainda para a altura e largura, tolerâncias de três (3) centímetros e um (1) centímetro, respectivamente, também com a correspondente redução em preço.

O exame dos dormitórios será feito no próprio local de entrega, regeitadas as que não satisfizerem as exigências deste edital, quanto a forma, dimensões e qualidade.

Os proponentes deverão indicar o prazo mínimo para entrega dos primeiros mil (1.000) dormitórios comuns e vinte quatro (24) especiais bem como para a entrega do material restante.

O preço deverá ser por dormente à margem da linha férrea da Great Western, indicando o proponente o local da entrega.

**VERGALHÕES DE FERRO PARA CONCRETO ARMADO**

As propostas deverão ser entregues na Secretaria da Fazenda, até o dia 31 de outubro corrente, às 14 horas.

O preço para o presente fornecimento deverá ser estabelecido tendo por base a entrega de quarenta e dois mil (42.000) quilos de vergalhões de ferro redondos para concreto armado, em distribuição:

Dímetros	
3/8"	1.600 quilos
1/2"	5.000 "
3/4"	3.900 "
1"	4.150 "
1 1/4"	27.300 "

O presente fornecimento poderá ser ampliado até o máximo de vinte (20) toneladas.

O preço proposto deverá ser dado por tonelada de vergalhão entregue em Cabedelo.

O proponente deverá indicar a extensão média dos vergalhões propostos, sendo os meios de extensão inferior a seis (6) metros.

Os vergalhões devem apresentar forma normal, sem curvas exageradas ou defeitos que impossibilitem o seu aproveitamento imediato.

Os proponentes deverão fixar o prazo mínimo para a entrega do material.

A falta de entrega do material no prazo estabelecido, importa na multa de 100.000 (cem mil réis) diários por dia de atraso, a ser descontada no pagamento.

**CONDIÇÕES**

a) — As propostas deverão ser escritas a tinta e assinadas, de modo legível, sem rasuras, emendas ou borrosas e em duas (2) vias sendo uma delas devidamente selada.

b) — Os proponentes deverão apresentar prova de qualificação para com a Fazenda Pública — Federal, Estadual e Municipal, — no corrente exercício.

c) — Os proponentes deverão apresentar carta de fiança de firma idônea, na qual o fiador se obriga a responder pelas obrigações da fiança, constantes da sua proposta.

d) — Os pagamentos do presente fornecimento serão feitos dentro do prazo de quinze (15) dias, após o recebimento e competente verificação do material entregue.

Eficaz reservado ao governo o direito de aceitar ou não as propostas apresentadas, como também de anular a presente concorrência se assim convier aos interesses do Estado.

A Secretaria da Fazenda fornecerá aos interessados os esclarecimentos que por ventura desejarem.

Secretaria da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas, em João Pessoa, 20 de outubro de 1933. — Otávio Guilherme de Oliveira, 1.º escrivão.

**FALÊNCIA DE C. M. DANTAS & CIA. — EDITAL** — Manoel Tavares de Melo Cavalcanti, escrivão do Co-

mercio em Campina Grande, abaixo assinado, avisa a todos os interessados na falência da firma C. M. Dantas & Cia. desta praça, que se acham a sua disposição em cartório, durante 10 dias, a contar desta publicação, as contas do síndico, além de que as examinem e requeram bens de seus interesses e de seus direitos. Findo o prazo, não havendo reclamação ou impugnação, serão as ditas contas julgadas boas e bem prestadas. Para constar lavrei este, que dato e assino, certificando a sua publicação e afixação no lugar do costume.

Campina Grande, 25 de outubro de 1933. O escrivão — Manoel Tavares de Melo Cavalcanti.

**EDITAL DE CONCORRÊNCIA N. 7**

Na Secretaria da Fazenda, Agricultura, Viacção e Obras Públicas do Estado da Paraíba fica aberta, por este edital, concorrência pública destinada à aquisição e montagem de uma usina elétrica com turbina a vapor, na cidade de João Pessoa.

A concorrência obedecerá às bases e condições seguintes:

**PRAZO E INSCRIÇÃO**

1.ª — O prazo da concorrência começa às oito (8) horas de vinte e cinco (25) de outubro de 1933 e encerrar-se-á às quinze (15) horas de vinte e cinco (25) de janeiro de 1934.

2.ª — As firmas que desejarem participar da concorrência farão o seu pedido de inscrição, até às quinze (15) horas de vinte e cinco (25) de novembro próximo, ao secretário da Fazenda, Agricultura, Viacção e Obras Públicas, no palácio das Secretarias, em João Pessoa, instruindo-o com documentos habéis, que provejam:

a) a inscrição no Registro do Comércio;

b) ser o concorrente representante de fábrica ou estabelecimento que se ocupe da especialidade de que trata este edital;

c) ter a fábrica ou estabelecimento, que o concorrente representar, executado no país obras dessa natureza, mencionando como se comportam tais obras;

d) estar quitado com a fazenda pública — federal, estadual e municipal.

Estes requisitos, que constituirão a prova preliminar de idoneidade, se consideram essenciais, e a omissão de qualquer deles prejudicará o deferimento do pedido de inscrição.

3.ª — A questão de idoneidade será examinada em sessão do Tribunal da Fazenda, no dia vinte e cinco (25) de novembro, às dezesseis (16) horas. No dia imediato, será afixado edital no órgão oficial do Estado, "A União", com os nomes das firmas consideradas habilitadas, e somente estas participarão da concorrência.

**CAUÇÃO**

4.ª — Com o requerimento de inscrição, o concorrente depositará no Tesouro do Estado uma caução no valor de dez centos de réis (rs. 100.000.000), em moeda corrente, ou em caderneta de bancos e companhias, títulos da dívida pública e ações de bancos e companhias, pela colação do dia.

5.ª — A caução reverterá para os cofres públicos:

a) se o concorrente, julgado idôneo, deixar de apresentar a proposta, ou retirar a que houver feito;

b) se não assinar o contrato, no prazo marcado em edital (cláusula 20.ª).

6.ª — A caução será restituída, sem desconto algum, ao concorrente eliminado quer no julgamento preliminar, quer no definitivo, quer no julgamento definitivo das propostas, ou no caso de anulação da concorrência, dentro de dez (10) dias, contados da data do pedido de levantamento pelo interessado.

7.ª — A caução do concorrente cuja proposta for aceita permanecerá em depósito para garantia da execução do contrato, só podendo ser levantada um ano depois da inauguração dos serviços, em virtude da responsabilidade assumida na cláusula 15.ª adiante, letra f).

**OBJETO DA CONCORRÊNCIA**

8.ª — A usina elétrica com turbina a vapor deverá ser projetada de modo que apresente técnica e economicamente a melhor constituição, eficiência e exploração da mesma e seja adequada às condições locais, com capacidade de mil e quinhentos (1.500) kw-hora a um fator de potência prevista de 80% (oitenta por cento), e constituída de uma ou mais unidades.

O alternador será de seis mil (6.000) volts trifásico, frequência 50 (cincoenta) ciclos.

O tipo de caldeira será tubular, com dispositivos especiais para super-

aquecimento de vapor e limpeza por meio de vapor sem tirar-se a caldeira da carga. A caldeira ou caldeiras serão instaladas com economizadores. Combustível: lenha ou, na falta, óleo.

9.ª — Os locais previstos para a instalação da usina são:

a) a região anexa ao depósito da Diretoria de Obras Públicas, entre as ruas Silva Jardim e Padre Azevedo; ou

b) o ponto NE da ilha Indio Piragi, próximo à ponte da Great Western e à margem do rio Sanhaú.

10.ª — O prazo para entrega do material e respectiva montagem será de doze (12) meses no máximo, contados da assinatura do contrato, — exclusivo, porém, o tempo necessário para o desembarco na Alfândega.

11.ª — A construção das instalações e a montagem dos maquinários serão feitas por conta do Estado, sob a orientação e direção do contratado, reservadas em tudo as prescrições do mesmo, o qual ficará responsável não só pela solididade da obra, como pelo bom funcionamento da usina, do ponto de vista técnico.

12.ª — Correrão também por conta do Estado, os direitos alfandegários que incidirem sobre o material importado e o transporte do porto para o local.

13.ª — Os maquinismos e demais aparelhagens deverão ser de construção sólida e simples, com o emprego de material de primeira qualidade, e deverão adaptar-se perfeitamente às condições locais.

**PROPOSTAS**

14.ª — As propostas, em uma via, deverão ser escritas em português, com clareza, sem entrelinhas, nem rasuras, e endereçadas ao Secretário da Fazenda, Agricultura, Viacção e Obras Públicas, em sobrecartas fechadas com o seguinte texto: "EDITAL DE CONCORRÊNCIA N. 7 — PROPOSTA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE UMA USINA ELÉTRICA, PARA A CIDADE DE JOÃO PESSOA."

15.ª — As propostas, instruídas com um memorial descritivo e justificativo, serão baseadas em projetos completos dos concorrentes, devendo ser prevista uma futura ampliação, sem prejuízo da instalação de que é objeto a presente concorrência, e conterão:

a) a relação de todos os maquinismos, pertences, seguranças, ligações e materiais para a usina completa, até a saída da linha para a sub-estação de distribuição em João Pessoa;

b) as plantas e descrição dos maquinários, dados e garantias técnicas, indicação de consumo e todas as informações úteis para a exata apreciação do conjunto e do sistema proposto;

c) uma nomenclatura detalhada de aparelhos acessórios que acompanham as peças principais, peso de todas as peças maiores, número de volumes, etc.

d) uma relação das peças sobresselentes mais necessárias que possam ser fornecidas a pedido, com indicação de seus preços;

e) os prazos para entrega do material, do ponto de Cabedelo, início e conclusão dos trabalhos, tudo dentro do período prefixado no capítulo 10.ª;

f) garantia de perfeito funcionamento de todas e de cada uma das peças dos maquinários fornecidos e instalados, durante um ano no mínimo, a partir da inauguração dos serviços, obrigando-se o concorrente a fornecer e instalar a sua parte, quer peça ou maquinismo que se estragar dentro desse período, por defeito, ou emprego de material de qualidade inferior na sua confecção;

g) projeto completo (planta, orçamento e detalhes) para o edifício da usina;

h) preço, em moeda nacional ou estrangeira, e condições de pagamento;

i) indicação de endereço telegráfico a postal, para onde possam ser dirigidos avisos e notificações de interesse das partes.

16.ª — Todas as medidas adotadas serão do sistema métrico decimal.

17.ª — Reputar-se-á não escrita a cláusula de oferta de previsão redução no preço sobre a qual não for baseada apresentada à concorrência.

**ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

18.ª — A abertura das propostas ocorrerá no dia 25 de janeiro de 1934, às dezesseis (16) horas, no palácio das Secretarias, perante uma Comissão designada pelo Governo do Estado, podendo os interessados tomar parte nos trabalhos dessa reunião, que terá caráter público.

Se os trabalhos não ficarem concluídos no mesmo dia, a Comissão marcará outras reuniões, para o exame e estudo das propostas, que dentro em dez (10) dias, contados da abertura, seja apresentado ao Governo do Estado o seu parecer fundamentado sobre o caso.

No julgamento e classificação das propostas, entre quaisquer outras circunstâncias dignas de apreciação, ter-se-á em vista o seguinte:

a) proposta tecnicamente mais favorável às condições locais;

b) menor prazo para entrega dos materiais e conclusão dos trabalhos a efetuarem-se;

c) qualidade dos materiais;

d) menor preço de custo;

e) comodidade de pagamento.

19.ª — O Governo do Estado reserva-se o direito de aceitar a proposta que a seu juízo melhor consulte os interesses do Estado; bem como o de anular a concorrência, sem que por este fato possam os interessados reclamar em juízo ou fora dele, salvo a restituição do depósito feito no Tesouro (cláusula 6.ª).

20.ª — O concorrente cuja proposta for aceita será avisado por edital na imprensa para dentro em dez (10) dias assinar e competente contrato.

**ADVOGADO****B. EL SEVERINO LEITE**

RUA AFONSO CAMPOS, 130

CAMPINA GRANDE

21.ª — No contrato que for lavrado e para o qual o foro eleito é o da cidade de João Pessoa, serão taxadas as penalidades por excesso de prazos para entrega do material, começo e conclusão das obras e funcionamento da usina, não podendo a pena exceder de um por cento (1%) sobre o preço total do contrato, por semana de atraso, nem ser aplicada em casos de força maior, como greve, revolução, guerra, falência, incêndio e acidentes marítimos.

22.ª — No escritório da Empresa Tração, Luz e Força, em João Pessoa, serão fornecidas aos interessados, à vista da prova de inscrição, ou mediante ordem da Secretaria da Fazenda, todas as informações possíveis que facilitem a colheita dos elementos indispensáveis para o estudo e elaboração dos projetos, ficando também à disposição dos mesmos as experiências existentes sobre a usina atual.

Secretaria da Fazenda, em João Pessoa, 24 de outubro de 1933.

Otávio Guilherme de Oliveira, 1.º escrivão.

**Alfândega da Paraíba — Edital n.º 94 — Concorrência administrativa** — De ordem do sr. Inspetor e de acordo com as prescrições contidas no artigo III, capítulo VIII do Regulamento Geral de Contabilidade Pública e autorização contida no telegrama da Diretoria Geral do Tesouro Nacional, transmitido a esta Alfândega com a portaria n.º 271, de 24 do corrente mês, da Delegacia Fiscal, neste Estado, faço público, que se acham abertas, dentro do prazo de 15 dias, a contar desta data, as inscrições para o fornecimento dos artigos para expediente, combustível e lubrificante, da sub-consignação — 2 material de consumo; materiais para as embarcações, da sub-consignação — 1 material permanente, durante o exercício de 1934, de conformidade com as cláusulas abaixo descritas.

I — As inscrições serão feitas mediante requerimento dirigido ao sr. Inspetor desta Alfândega, até às 14 horas do dia 11 do mês vindouro. Juntamente com os documentos de idoneidade a que se refere a cláusula II, as propostas deverão ser uma ou mais folhas de papel, em duplicata, formato-albamo, 33x22, escritas sem rasura, entrelinhas, borrosas ou emendas, consignando o preço por unidade, por extenso e em algarismo, do material a propor, e a declaração de se sujeitar a todas as condições exigidas no presente edital.

II — Os fornecimentos começarão a ser feitos em primeiro de janeiro de 1934.

III — Os concorrentes deverão apresentar os seguintes documentos:

A) documentos das estações fiscais provando haverem pago os impostos de indústria e profissão e demais impostos federais, estaduais e municipais;

B) documento provando haver recolhido aos cofres desta Alfândega a importância de 1:000.000 (um conto de réis em dinheiro ou título no portador da dívida pública federal, para garantia da inscrição);

C) certificado ou outro documento equivalente, de registro da firma individual ou social.

IV — As propostas serão apresentadas em envelope fechado com a declaração exterior do nome de proponente que deverá comparecer ou se representar legalmente ao ato da abertura e leitura das mesmas, que

deverão ser assinadas e rubricadas em todas as páginas pelo proponente.

V — Às 15 horas do dia 11, a saber, aludido terá lugar a abertura das propostas apresentadas, na referida Alfândega.

VI — Os documentos de idoneidade após a abertura das propostas, serão restituídos aos seus proprietários.

VII — Uma vez aceita a proposta, não poderá o respectivo fornecedor se recusar ao fornecimento, sob pena de, por sua conta, correr o excesso verificado no dito fornecimento.

VIII — Não serão aceitas propostas que não obedeçam restritamente as condições do presente edital, nem que contenham artigos que não constem das relações e nem abatemtos sobre as propostas mais baratas que forem apresentadas.

IX — Os pagamentos serão efetuados na Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional neste Estado.

X — Depois do prazo (hora) prefixada para a abertura e julgamento das propostas, nenhuma reclamação será aceita.

XI — À disposição dos interessados, se encontram na Secretaria desta Alfândega, os modelos e respectivas relações do material a ser fornecido. Alfândega, 26 de outubro de 1933. O 2.º escrivão — Evandro Medeiros.

**EDITAL DE 3.ª praça de venda e arrematação de bens penhorados pelo prazo e abatimento legais.** Doutor Agrônomo Gouveia de Barros, juiz de direito da 3.ª vara desta comarca, na fazenda da lei, etc.

Faz saber aos que este virem, dele notícia tiverem e interessar possam, que no dia 10 de novembro próximo, pelas 10 horas, no 2.º andar do edifício — Palácio das Secretarias — edifício público situado à praça Pedro Americo desta cidade, onde são dadas as audiências desde julho, o proleto dos auditores, ou quem seus vezas fizer, trará a público, praça de venda e arrematação, a quem mais der e maior lance oferecer, além da avaliação, digo, além de seiscentos e quarenta e oito mil réis (648.000), quantia correspondente à avaliação que foi de oitocentos mil réis (800.000), deduzida dos abatimentos legais de 10% em 2.ª e 3.ª praça, 1 filtro grande todo envidraçado, conteúdo gavetões com tampas de madeira; 1 outro filtro igualmente envidraçado, 1 balcão envidraçado, mais 2 filtros envidraçados para balcão, um balcão pequeno com pedra de massa; ainda mais 3 filtros pequenos também envidraçados, 1 balança pequena com os respectivos pesos de 50 grs. a 5 quilos, 1 pequena mesa com pedra marrom para filtro; 1 carteira pequena de madeira, 1 depósito de louça para celada, e 16 depósitos para bombas, de vidro e com tampas também de vidro metal, penhorados à João Batista de Medeiros em execução que neste juízo lhe é movida pela firma Industrial desta praça Ferreira Amorim & C.ª. E quem nos supra relatados bens quiser lançar, compareça nos dia, hora e lugar acima indicados, para não comparecendo, mandou expedir o presente edital que será afixado no lugar do costume e publicado pela imprensa. Dado e passado nesta cidade de João Pessoa, aos 30 dias do mês de outubro de 1933. Eu, Frederico Carvalho Costa, escrivão, escrevi. (a) Agripino Gouveia de Barros. Conforme ao original: dou fé. O escrivão, Frederico Carvalho Costa.

**LOJA PAULISTA****V. Excia. tem um dever a cumprir:**

**Nacionalizar o seu vestuário** quanto antes, comprando os tecidos marca **Oito** exclusividade das famadas **LOJAS PAULISTAS**.

Não deixe para amanhã o que pode fazer hoje, venha apreciar os mais lindos padrões em tecidos para verão, recebidos das nossas próprias fabricas — **Paulista e Rio Tinto**.

**-Suoursais** { Rua Maetel Pinheiro n. 151 } --- João Pessoa  
{ Rua da República n. 681 }

**BARALHOS**, inclusive para CAR-

TOMANTES, por preços baratíssimos, vende a **ALFAIATARIA**

MODELO, à Avenida B. Rôhan, 206, onde poderá o freguês fazer uma roupa, no rigor da moda, com pouco dinheiro.

**DR. JOÃO SOARES**

MÉDICO DO SERVIÇO DE HIGIENE INFANTIL DO ESTADO

**MOLESTIAS DAS CRIANÇAS**

Consultas diárias das 16 às 18 horas à Rua Barão do Triunfo — 474 — 1.ª — andar

Residência: AVENIDA JUAREZ TAVORA, 536

JOÃO PESSOA



Estão iniciados os trabalhos preliminares da construção do Hospital S. Vicente de Paula, futuro "Centro de Saúde de Itabaitana".

Empreendimento notável e de indiscutível interesse social, deve merecer o apoio decidido de todos os cidadãos de boa vontade.

Afigura-se, a muitos, uma obra de visionários em face da formidável depressão econômica, financeira do momento, que atinge, em cheio, até as classes mais abastadas.

Pior do que a crise, entretanto, é ficar de braços cruzados, numa dispendiosa censura própria dos vencidos, que descreem de tudo, que não confiam em ninguém.

De todas as desgraças que nos afligem a maior e a mais grave, consiste, indubitavelmente, nas precárias condições sanitárias do nosso povo, na precariedade da sua educação.

Minado por um sentimentalismo morbido, que resvala para o terreno do misticismo, o povo brasileiro, doente e analfabeto só tem a perder na concorrência com as nações civilizadas.

Formado por sub-raças oriundas do cruzamento do elemento nativo com as correntes migratórias, de procedências diversas, e do caldeamento dessas correntes entre si, longe está ainda, de se orientar no sentido de um tipo humano definido.

E sobre essa massa heterogênea, que chamamos, enfaticamente, de povo

brasileiro, a ação permanente das mais variadas endemias, dissipando as suas forças e acentuando os traços da sua inferioridade etílica.

Eis o vasto e triste panorama que só não é visto pelos cegos de espírito ou pelos que não querem vê-lo!

O problema brasileiro n. 1 é de educação e saneamento, ou simplesmente de educação, como quer o grande mestre e glória da medicina brasileira prof. Miguel Couto, porque quem diz educação diz saneamento.

Dar solução urgente e adequada a esse problema, deve ser a preocupação máxima de todos os governos, com a indispensável colaboração dos bons cidadãos.

Itabaitana, com a fundação do seu Centro de Saúde, dá um magnífico exemplo de filantropia e patriotismo.

O Brasil será grande prospero, feliz, se receber os benefícios da educação e do saneamento. Sucumbirá e sucumbirá brevemente, tutelada e vilipendiada como a China, a Índia, etc., pelas suas imitadoras, se continuar doente e ignorante.

Os itabaitenses auxiliarão certamente, na medida do possível as que se empenham na edificação do Centro de Saúde de Itabaitana, quer, erigido no coração do seu minúsculo território, será um grito de alerta convida os patriotas do setentrão brasileiro para colorarem na obra de salvação do Brasil.

Antonio Santiago  
(Da A. Folha, de Itabaitana).

## Serviço de luz e bondes

O correspondente, nesta capital, do "Diário da Manhã", de Recife, enviou a essa folha a seguinte correspondência epistolar:

"O problema urbano mais interessante e, a um tempo, o mais angustioso do Brasil atual é, indiscutivelmente, esse do serviço de iluminação elétrica e tração. Só mesmo os itabaitenses amigos da cidade e identificados com todos os seus aspectos podem avaliar o quanto a tem retardado, na sua fome de alargamento e vida, a deficiência do sistema de luz bondes. Para os advenas, então, luz bondes, é uma vergonha, uma inconcebível paradoxo, a iniciativa particular, experta e correntia, encontra inimigo mortal na T. L. e F. Não lhe corresponde um traçado, ao menos sofredor, de linhas de "travessias", nem um lampadário menos que moderno. E edificante ver como os bairros novos se erguem, lindas habitações se constroem a quilômetros e mais quilômetros do leito das duas unicas e precárias linhas de bondes: Trinchinhas e Tambiá.

A aflição popular diante desse obstáculo ao sonho de evolução da cidade transcorre em aspiração máxima e problema nevrálgico a regularização do serviço de eletricidade. De modo que, no dia em que foi publicado o ato da encampação da malaventurada empresa pelo governo, exultaram todos os paraibanos, na ante-visão de sua entrega a outra companhia que pudesse arcar com as responsabilidades do contrato. Houve até quem, num esforço de ênfase comparasse o ato do jovem interventor Gratuliano Brito ao négo profetizado por João Pessoa.

Infelizmente, porém, meses transcorreram depois que o poder revolucionário se apropriou do serviço elétrico e nenhum melhoramento veio torna-lo mais digno de uma cidade como a nossa.

Agora, — abrindo margem a novas esperanças — o governo acaba de manifestar a intenção de inverter 2.000 contos do empréstimo de 8.000 que vai tomar do Banco do Brasil, pelo melhoramento da Empresa. Simultaneamente foi aberta concorrência, por edital, para a construção de uma usina de força, em ponto da urbs que ainda não foi fixado. Por outro lado, o sr. Gratuliano Brito promete o chamamento de um técnico para orientar esses serviços.

Essa, sim, é que um orientação sensata e acorde com a necessidade coletiva. E não explorar a velha e insustentável empresa, com os seus ferros velhos, seus achaques e suas mazelas, sob o pretexto de que a mesma continua dando o lucro que proporciona aos seus compatriotas proprietários. O povo não precisa de luz e sim de um serviço melhor. Tudo quanto o governo inverte em capital na empresa se justifica plenissimamente. Não, porém, para continuarmos como estamos, mantendo-se simplesmente o intolerável statu quo. E deve haver política aberta e entender as linhas: deve inclinar-se e que deve estar na consciência de todos".

## "A IMPRENSA"

Devido a um desarranjo verificado na sua máquina impressora, deixa de circular hoje a nossa brilhante confraria "A Imprensa", que reaparecerá

Engenheiro José Galzavara

Transcorre na data de hoje o natalício do engenheiro José Galzavara, diretor do Instituto Serico do Estado e competente técnico.

O aniversariante, que é nosso

## Voluntários para o sul da República

Da secretaria do 22.º B. C. recebemos, com pedido de publicação, o seguinte:

Conforme determinação do sr. ministro da Guerra, no 22.º Batalhão de Caçadores aceitam-se voluntários, sendo 100 para a Circunscrição Militar (Mato Grosso) e 250 para a 2.ª Região Militar (São Paulo).

Os interessados deverão apresentar os seguintes documentos:

- a) atestado de conduta passado pela autoridade policial (selado com selo federal e firma reconhecida pelo tabelião);
- b) certidão de idade com firma reconhecida pelo tabelião (selo federal);
- c) atestado provando ser solteiro e não servir de artilheiro a pessoa alguma; firma reconhecida pelo tabelião (selo federal);
- d) atestado do Serviço de Recrutamento provando não ser sorteado convocação (selo federal);
- e) permissão paterna, de tutor ou juiz de orãos no caso de ser menor de 21 anos, firma reconhecida (selo federal).

## Conhecido aviador francês vítima de um desastre

PARIS, 30 — O aviador Charles Vernail, que regressa de um circuito à África, foi vítima de um desastre no avião em que viajava. (A União).

PARIS, 30 — Informações aqui recebidas adiantam que pereceram num desastre de avião o piloto Vernail, bem como o seu companheiro de pilotagem. (A União).

## ASSOCIAÇÃO E SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO

Sessão magna em homenagem ao dia 30 de outubro, data consagrada ao Empregado no Comercio

Realizou-se ontem, às 14 horas, na sede da Associação dos Empregados no Comercio, à rua Duque de Caxias, uma sessão magna em homenagem ao Dia do Calceiro, tendo comparecido a essa reunião grande numero de empregados no comercio.

Não tendo comparecido a Diretoria Fiscal, foi aclamado para presidir a sessão o sr. Miguel Bastos Lisboa, que, declarando o motivo daquela reunião, deu a palavra ao orador oficial da solenidade, o contador Lourival Chaves, que proferiu brilhante alocução sobre a grande data e o papel do empregado no comercio, tendo sido calorosamente aplaudido pelos presentes.

Em seguida fez uso da palavra o bacharelado Valdemar Luna, presidente do Sindicato, que discorreu com brilhantismo sobre a função do empregado no comercio como maior fator do progresso e economia de uma nacionalidade, fazendo após um apelo aos seus companheiros de classe, para ingressarem no Sindicato dos Auxiliares do Comercio de João Pessoa a fim de engrossar as fileiras dos batalhões pelos direitos e interesses do empregado no comercio. Não havendo mais quem quizesse fazer uso da palavra foi encerrada a sessão.

Emocões! O AMOR QUE NAO MORREU. O filme que se vê com lagrimas nos olhos. Dia 3 no "Santa Rosa".

## A "Aliança Proletária" vai promover, nos bairros operários, a propaganda em favor do Registro Civil

Em sua última reunião, de domingo passado, a "Aliança Proletária Beneficente", que tem sede à avenida Benjamin Constant, no bairro de Jaguaribe, resolveu promover nos bairros proletários de nossa capital uma intensa propaganda em favor do registro das crianças, aproveitando, assim, o decreto que isentou de multa tal obrigatoriedade.

Esse nucleo operário, que muito vem se esforçando para conseguir um lugar de relevo entre os seus congeneres, estrea, em nossa terra, uma causa inédita, e que muito vai contribuir para beneficiar a maioria da classe, da qual ele dignamente, é um dos mais legítimos representantes.

Como é do conhecimento de nossos leitores, o Registro Civil, prorrogado já por duas vezes pelo Chefe do Governo Provisório, termina o seu ultimo prazo, sem multa, no dia 31 de dezembro, para as pessoas ainda não registradas e nascidas desde o ano de 1889.

A propaganda feita pela "Aliança Proletária Beneficente" consta de cartazes, boletins e artigos pela imprensa.

Um dos socos daquela sociedade esteve tratando desse assunto com o sr. Sebastião Bastos, escrivão do Registro Civil, e expoz o proposito da "Aliança Proletária". S. s. aplaudiu a idéa, ponderando, entretanto, que as pessoas que ainda não regularizaram o registro de seus filhos, deviam fazê-lo quanto antes, não deixando para os ultimos dias do prazo, em virtude de não poder atrair o serviço do cartório a seu cargo.

A referida sociedade, dando inicio à execução do projeto, nomeou uma comissão composta, dos srs. Manoel dos Anjos Pereira, Joaquim Pereira do Nascimento e J. Domingues, que, ainda esta semana, dará inicio, pela imprensa, à propaganda em favor do Registro Civil.

Senhoras e senhoritas — A ESQUINA DO PECADO — foi feito especialmente para o seu gosto de mulher de coração, e qual a mulher que não tem coração?

## Desportos

RIO, 30 — (Nacional) — O campeonato do remo foi levantado pelo "Flamengo", com o jogo de ontem.

Nos encontros de futebol entre profissionais, foram vencedores o "Palestra", pela contagem de 3x1 e o "America", pela de 2x0.

Em São Paulo registouse o seguinte resultado: "Bangu" Santos 3x2, "Portuguesa" "Fluminense" 2x2.

O jogo entre o "Portuguesa" e o "Fluminense" terminou em grande tumulto. (A União).

## A questão das dividas de guerra e a intromissão do governo americano no mercado do ouro

NEW-YORK, 30 — Os meios financeiros desta capital julgam que a decisão do governo norte-americano de intervir no mercado do ouro torna certo o fracasso das negociações da Inglaterra sobre as questões das dividas de guerra. (A União).

## A Alemanha não cogita de construir nenhum avião militar

BERLIM, 30 — O sr. Goering desautorizou as notícias correntes sobre a existência de aviões de guerra alemães, acrescentando que não se acha em construção, como se propala, nenhuma esquadilha aérea. (A União).

## A mocidade militar fascista da Italia

ROMA, 30 — Realizou-se ontem, no campo de manobras, a solenidade da entrega de formações da mocidade fascista, dos combatentes de metralhadoras.

O sr. Benito Mussolini compareceu, sendo vibrantemente aclamado. (A União).

## Instituto de Meteorologia

### Comunicado da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres

O secretario geral da "Sociedade dos Amigos de Alberto Torres" recebeu a seguinte carta do sr. J. Carvalho e que traz algumas sugestões algo interessantes:

"Reportando-me às teses a serem discutidas no Congresso do Nordeste, a reunir-se em dezembro, noto que foram bem colocados os termos do problema, exceto a respeito do estudo da etiologia desse flagelo climático.

O medico, antes de estudar terapêutica, e formular as receitas dos medicamentos que delabarão a molestia, precisa conhecer a Patologia, as causas, os sintomas da doença. É de applicação os remedios desconhecendo a patogenia seria um curandeiro e não um clinico.

Para a solução da tragedia nordestina, tem aparecido mezinheiros e estudiosos competentes. Desta ultima classe, quem, segundo meu desvalso parecer, melhor traçou o plano que resolverá o problema das secas, foi o dr. Getúlio Vargas, no discurso em João Pessoa. São palavras de s. exc.: "Aperfeiçoados os conhecimentos meteorológicos, que permitem prevê com maior segurança os fenomenos atmosféricos, ao nosso alcance, todos estes fatores, a dificuldade principal a enfrentar consiste, em duvida, no financiamento dos respectivos trabalhos". Ali está manifestamente proclamada a necessidade da fundação de um Observatorio Meteorológico Especializado no Nordeste.

É a inclusão desta especial e nitida no programa do Congresso de dezembro, que eu venho pedir a v. s. Construir aqued, fundar campos de silvicultura, etc., sem a orientação de um Instituto Meteorológico, é imitar o curandeiro que aplica o remedio ao doente, sem conhecer a causa da molestia.

Nem se diga ociosa a criação desse Instituto; é ela reclamada pelos proprios sertanejos. Prova-o Euclides da Cunha, descrevendo a experiencia de Santa Luzia: — "no dia 12, ao anoitecer, expoe ao relento, alinhadas, seis pedrinhas de sal que representam, em ordem successiva, a esquadra da para a direita, os seis meses vindouros, de janeiro a junho. Ao alvorecer de 13, observa-as: si estão intactas, presagiam a seca; si a primeira apenas se diluiu, transmutada em alfofar limpo, é certa a chuva em janeiro; si a segunda, em fevereiro; si a maioria ou todas, é inevitavel o inverno bemfazejo". — Esta

## Estudantes brasileiros em visita aos seus colegas de Portugal

LISBOA, 30 — Serão recebidos, na sede do Secretariado de Propaganda Nacional, os estudantes brasileiros que se acham em visita a esta capital. (A União).

ROUPAS DE BANHO, ultima moda, para homens, senhoras e crianças, recebeu a

CASA VESUVIO  
Rua Maciel Pinheiro, 160

## VIDA RELIGIOSA

ROMARIA DE SÃO VICENTE DE PAULO

Devendo realizar-se amanhã a tradicional romaria vicentina, o conselho central, nesta cidade, por nosso intermedio, convida a todos os confrades das diversas conferencias e demais pessoas interessadas, a comparecerem à Igreja de Nossa Senhora do Carmo, para, incorporados, tomarem parte nessa manifestação de fé, que daquela Igreja sairá às 4 horas, para a de Nossa Senhora do Rosário, onde haverá missa e comunhão dosromeiros.

As pessoas que desejarem tomar parte na mesma eucaristia devem comparecer devidamente preparadas.

AUSPÍCIA-SE ANIMADÍSSIMA A FESTA A NOSSA SENHORA DA PENHA, EM SUA ERMIDA NA PRAIA DO MESMO NOME

Continua sendo recebida com a melhor boa vontade, pelos fiéis, a comissão encarregada de realizar a tradicional festa à milagrosa Nossa Senhora da Penha, em sua ermida na pitoresca praia que tem o nome da excelza Virgem.

A imagem da santa será conduzida, desta capital, em rica charola, às cinco horas da manhã de cinco de novembro (domingo) em procissão, devendo às 9:12 horas, ter lugar a missa cantada por distinto grupo de senhorinhas e acompanhada por um dos melhores conjuntos

experiência é bellissima. Em que pese ao estigma supersticioso, tem base positiva e é aceitavel, desde que se considere que dela se colhe a maior ou menor dosagem de vapor de agua nos ares, e, dedutivamente, nas pressões barométricas, capazes de atrair o affluxo das chuvas.

O Serviço Pluviométrico da Inspeção das Secas é bastante para satisfazer às previsões das chuvas e a falta desta? Apesar de toda a bondade dos observadores, não é injusta dizer que lhes tornam indispensáveis maiores conhecimentos científicos. Objetário com a existência do Instituto Meteorológico do Rio. Veja-se, porém, a sinopse do tempo no Rio de Janeiro desse Instituto e, ali, encontrarão quasi sempre palavras: "Zona Norte: não é feita a sinopse, devido à falta de observações meteorológicas".

O Instituto do Nordeste será fundado, sem maiores despesas, destacando-se alguns dos meteorologistas do Rio, para a organização do estabelecimento onde for aconselhavel, talvez no Rio Grande do Norte, ou em Campina Grande, na Paraíba.

Considerando-se a inexistência de um Instituto Meteorológico Especializado do Nordeste, é de justiça repetir as palavras do exmo. sr. dr. Getúlio Vargas: — "somos obrigados a convir que o Imperio e a primeira Republica agiram com imprevidencia dolorosa".

Essa falta é quasi uma vergonha, quando se pensa haver Institutos Meteorológicos, fundados até por esforços de particulares, como o Observatorio Vallet, do Monte Branco.

A Argentina acaba de estabelecer um outro nos Andes. A Italia para a observação do Vesuvio, incumbiu o fisico Melloni de crear um Observatorio, depois confiado a Palmieri que para estudar os fenomenos vulcânicos, muitas vezes arriscou a vida, assim na erupção de 1872, onde esteve incomunicavel 5 dias, debaixo de uma chuva de fogo e de lavras!

Para socorrer os seus compatriotas do Nordeste, Antenor Navarro sacrificou a vida; não é muito pedir aos nossos cientistas o abandono do conforto das capitais, em beneficio da solução de um problema importantissimo, como é o das secas!

São estas as ponderações que, sobre as teses do Congresso do Nordeste, em submeta à critica de v. s. Do am. cr.º obr.º (a.) J. Carvalho

muscadas desta cidade, especialmente contratado.

Seguir-se-ão os festejos profanos, que terão, como nos anos anteriores, o maximo brilhantismo.

Convém fazer ressaltar que ha cento e setenta anos, ininterruptamente, vêm sendo efetuados, sempre com a maxima animação, esses festejos em honra a Nossa Senhora da Penha, o que põe em relevo o espirito católico de nossa gente.

Oportunamente daremos outras noticias sobre a festa da Penha.

## PRIMEIRA COMUNHAO

Fez ontem a sua primeira comunhão, na Catedral Metropolitana, a pequena Maria do Carmo, afilhada do sr. Antonio Mendes Ribeiro, proprietario nesta capital, e de sua esposa d. Nêna Ribeiro.

Na Igreja das Mercês fizeram ontem a sua primeira comunhão as pequenas Esir e Elaine, filhinhas do sr. Francisco Sales Cavalcanti, subgerente desta folha, e de sua esposa d. Alexandrina Pinto Cavalcanti.

A esse ato religioso foi oficiante o co-nego Pedro Anísio, vigário da referida igreja.

## COMEMORANDO A REFORMA RELIGIOSA

Ante-ontem realizou o rev. José-bias Fialho Marinho na Igreja Presbiteriana, da qual é pastor, a primeira de suas conferencias annunciada pelo motivo da comemoração, pela mesma comunidade evangelica, dos acontecimentos da Reforma Religiosa no seculo XVI, sob o tema: "A Obra Luterna na Reforma".

Ontem produziu a segunda, sobre "A Obra Calvinista".

Ambas as reuniões foram concorridissimas.

Far-se-á ouvir, ainda hoje, o arduo orador, na ultima conferencia desta serie, sobre o assunto, que será em relação à "Obra Doutrinaria da Reforma".

Para o 1.º anniversario do "Santa Rosa" no dia 3 — O AMOR QUE NAO MORREU — com Norma Shearer.